



EDUCAÇÃO FÍSICA E QUALIDADE DE VIDA:

Reflexões e perspectivas

LUCIO MARQUES VIEIRA SOUZA
(Organizador)



EDUCAÇÃO FÍSICA E QUALIDADE DE VIDA:

Reflexões e perspectivas

LUCIO MARQUES VIEIRA SOUZA
(Organizador)

Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Camila Alves de Cremo

Daphynny Pamplona

Gabriel Motomu Teshima

Luiza Alves Batista

Natália Sandrini de Azevedo

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2022 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2022 Os autores

Copyright da edição © 2022 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial**Ciências Biológicas e da Saúde**

Profª Drª Aline Silva da Fonte Santa Rosa de Oliveira – Hospital Federal de Bonsucesso

Profª Drª Ana Beatriz Duarte Vieira – Universidade de Brasília

Profª Drª Ana Paula Peron – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília

Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás



Prof. Dr. Cirêno de Almeida Barbosa – Universidade Federal de Ouro Preto
Prof^o Dr^a Daniela Reis Joaquim de Freitas – Universidade Federal do Piauí
Prof^o Dr^a Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof^o Dr^a Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina
Prof^o Dr^a Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Prof^o Dr^a Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof^o Dr^a Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof^o Dr^a Fernanda Miguel de Andrade – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra
Prof^o Dr^a Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Prof^o Dr^a Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Aderval Aragão – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^o Dr^a Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Prof^o Dr^a Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Prof^o Dr^a Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof^o Dr^a Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Maurilio Antonio Varavallo – Universidade Federal do Tocantins
Prof^o Dr^a Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Prof^o Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Prof^o Dr^a Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Prof^o Dr^a Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Prof^o Dr^a Sheyla Mara Silva de Oliveira – Universidade do Estado do Pará
Prof^o Dr^a Suely Lopes de Azevedo – Universidade Federal Fluminense
Prof^o Dr^a Vanessa da Fontoura Custódio Monteiro – Universidade do Vale do Sapucaí
Prof^o Dr^a Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^o Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof^o Dr^a Welma Emídio da Silva – Universidade Federal Rural de Pernambuco



Educação física e qualidade de vida: reflexões e perspectivas

Diagramação: Camila Alves de Cremona
Correção: Yaidy Paola Martinez
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Os autores
Organizador: Lucio Marques Vieira Souza

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

E24 Educação física e qualidade de vida: reflexões e perspectivas / Organizador Lucio Marques Vieira Souza. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2022.

Formato: PDF
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
Modo de acesso: World Wide Web
Inclui bibliografia
ISBN 978-65-258-0007-3
DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.073222803>

1. Educação física. I. Souza, Lucio Marques Vieira (Organizador). II. Título.

CDD 613.7

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br



DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.



DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código Penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.



APRESENTAÇÃO

Apesar da pandemia da COVID-19 parecer ainda longe do fim, a ciência mesmo sendo questionada por pessoas civis e pelos próprios pesquisadores, terá na história um papel importante contra o maior caos sanitário de nossas épocas.

Neste sentido, é com imensa satisfação e responsabilidade que apresentamos mais uma importante Coletânea intitulada de “Educação Física e qualidade de vida_ Reflexões e perspectivas” que reúne 11 artigos com pesquisas científicas de vários pesquisadores das diversas regiões do nosso país.

Estruturada desta forma a obra demonstra a pluralidade acadêmica e científica da Educação Física, bem como a sua importância para a sociedade. Neste sentido, nos capítulos constam estudos de diversas temáticas contemplando assuntos de importante relevância dentro da área.

Agradecemos a Atena Editora que proporcionou que fosse real este momento e da mesma forma convidamos você Caro Leitor para embarcar na jornada fascinante rumo ao conhecimento.

Lucio Marques Vieira Souza

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

QUALIDADE DE VIDA DE ESTUDANTES DO CURSO DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA UNIVERSIDADE REGIONAL DO CARIRI DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19

Fabrcio Franklin do Nascimento

Simonete Pereira da Silva

Mariana de Oliveira Duarte

Naerton José Xavier Isidoro

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.0732228031>

CAPÍTULO 2..... 10

PRÁTICAS CORPORAIS LÚDICAS NO CONTEXTO DO ENSINO MÉDIO INTEGRADO DO IFMS: CAMPUS CAMPO GRANDE: POSSIBILIDADES E PERSPECTIVAS DE APRENDIZAGEM

Luís Eduardo Moraes Sinésio

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.0732228032>

CAPÍTULO 3..... 18

AS TESSITURAS DA FORMAÇÃO INICIAL DE PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA: DAS TEIAS AOS EMARANHADOS DO ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

Lorena Mota Catabriga

Catarina Messias Alves

Geovana Silva Sversute

Patric Paludett Flores

Vânia de Fátima Matias de Souza

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.0732228033>

CAPÍTULO 4..... 31

ATIVIDADE FÍSICA E FATORES DE RISCO PARA O DESENVOLVIMENTO DE OBESIDADE E DOENÇAS CARDÍACAS EM ADOLESCENTES DA PARAÍBA: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Allan Tavares Rolim

Lani geizy Ribeiro da Silva

Gertrudes Nunes de Melo

Raizabel Rodrigues

Ana Clara Cassimiro Nunes

Samara Celestino dos Santos

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.0732228034>

CAPÍTULO 5..... 42

DO NINGUÉM À ESPERANÇA: PODE O ESPORTE TORNAR-SE UMA POLÍTICA MUDANCISTA?

Renato Sampaio Sadi

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.0732228035>

CAPÍTULO 6..... 51

CAPOEIRA: O CORPO QUE GINGA E LUTA

André Dantas Marins

Soraia Chung Saura

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.0732228036>

CAPÍTULO 7..... 68

LUTA CONTRA A DOPAGEM NO DESPORTO: O IMPACTO DOS PROGRAMAS EDUCATIVOS ANTIDOPAGEM DAS FEDERAÇÕES DESPORTIVAS

Túlia Martinó

Mário Teixeira

Maria Céu Machado

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.0732228037>

CAPÍTULO 8..... 88

O SEGREDO POR TRÁS DO ENVELHECIMENTO BIOLÓGICO

Carlos Eduardo Gomes Ferreira

Matheus Antonio Pereira Costa

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.0732228038>

CAPÍTULO 9..... 99

PERFIL DO PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA QUE ATUA NA ÁREA DE LUTAS NA CIDADE DE PORTO VELHO-RO

Fabiana Pereira de Oliveira

Gleysson Breno Façanha

Daniele Nunes de Mello

Mateus Lima Souza

Diego Monteiro Soares

Luís Felipe Sílio

Kaymann Scheidd Skroch

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.0732228039>

CAPÍTULO 10..... 106

PERFIL SOCIOECONÔMICO E INTERESSE DA COMUNIDADE ACADÊMICA ÀS PRÁTICAS DE EXERCÍCIOS FÍSICOS NA ACADEMIA ESCOLA UNIVERSITÁRIA

Renan Magno Amaral dos Santos

Cristiano Padilha

Felipe Corbellini

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.07322280310>

CAPÍTULO 11 118

POLÍTICAS PÚBLICAS DE DESPORTO NA ÁREA METROPOLITANA DE LISBOA

Tiago Miguel Neves Figueira

Vilde Gomes Menezes

Mário Rui Coelho Teixeira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.07322280311>

| | |
|----------------------------------|------------|
| SOBRE O ORGANIZADOR | 155 |
| ÍNDICE REMISSIVO..... | 156 |

POLÍTICAS PÚBLICAS DE DESPORTO NA ÁREA METROPOLITANA DE LISBOA

Data de aceite: 01/03/2022

Data de submissão: 15/02/2022

Tiago Miguel Neves Figueira

Universidade de Évora, Portugal
<https://orcid.org/0000-0003-4749-8574>

Vilde Gomes Menezes

Universidade Federal de Pernambuco, Brasil
<https://orcid.org/0000-0002-4006-2711>

Mário Rui Coelho Teixeira

Universidade de Évora, Portugal
<https://orcid.org/0000-0002-0822-2623>

RESUMO: Esta investigação científica procura compreender as Políticas Públicas de Desporto formuladas pelos Municípios da Área Metropolitana de Lisboa, através do estudo de seis Municípios com relação direta a planos de água naturais e que partilham fronteiras. Metodologicamente utilizámos uma abordagem qualitativa e interpretativa. O modelo de análise comportava indicadores de natureza estrutural, financeira, estratégica e intermunicipal. A recolha de dados realizou-se em 2017 e 2018, recorrendo à Análise Documental e Entrevista Guiada aos Responsáveis Municipais pelo Desporto. Estes Municípios contêm mais de três mil Instalações Desportivas, maioritariamente em Bom ou Razoável Estado de Conservação (88%), mas nenhum atinge os valores de referência de Área Útil Desportiva e apenas um atinge a média nacional de Participação Desportiva. Concluímos

que: 1) todos procuram democratizar a prática desportiva e cumprem as atribuições legais, apesar de intervirem de formas distintas; 2) é necessário aumentar a relevância do desporto na orgânica municipal, a sua intervenção no Programa Desportivo do 1º Ciclo do Ensino Básico e a dotação orçamental; 3) todos têm uma Política Municipal de Fomento de Desportos Náuticos; 4) é necessário desenvolver a Oferta Desportiva para Pessoas com Deficiência e apostar em Sinergias Intermunicipais.

PALAVRAS-CHAVE: Políticas Desportivas; Gestão do Desporto; Autarquias Locais; Municípios; Atividade Física.

SPORTS PUBLIC POLICY IN THE METROPOLITAN AREA OF LISBON

ABSTRACT: This scientific research seeks to understand the Public Sports Policies formulated by the Municipalities of the Metropolitan Area of Lisbon, through the study of six Municipalities with direct relation to natural water plans and that share borders. Methodologically we used a qualitative and interpretative approach. The analysis model included indicators of structural, financial, strategic and inter-municipal nature. Data collection was carried out in 2017 and 2018, using Document Analysis and Guided Interview with Municipal Responsible for Sport. These Municipalities contain more than three thousand Sports Facilities, mostly in Good or Reasonable State of Conservation (88%), but none reaches the Reference Values of Sports Useful Area and only one reaches the national average of Sports Participation. We conclude that: 1) everyone tries to democratize the practice of sports and fulfills

the legal attributions, although they intervene in different ways; 2) it is necessary to increase the relevance of sport in the municipal organics, its intervention in the 1st Cycle Basic School Sports Program and the budget allocation; 3) all have a Municipal Policy for the Promotion of Nautical Sports; 4) it is necessary to develop the Sports Offer for Persons with Disabilities and bet on Intermunicipal Synergies.

KEYWORDS: Sports Policy; Sports Management; Local Authorities; Municipalities; Physical activity.

1 | INTRODUÇÃO

Este estudo teve como objetivo efetuar uma análise das Políticas Públicas de Desporto, particularmente das Políticas, Programas e Ações disponibilizados pelos Municípios com o objetivo de fomentar e apoiar a atividade física e desportiva, ou seja, “o que é que o Município faz, o porquê e quais as consequências que revertem para o Município, tendo em referência as atribuições e competências legais que lhe estão designadas” (Januário, 2010).

Portugal tem um total de trezentos e oito Municípios, cada um com as suas características, especificidades e políticas. São órgãos de poder local que têm um papel fundamental na educação, cultura, fomento e apoio da atividade física e desportiva, na dinâmica da sociedade e na integração de todos os indivíduos, independentemente da sua cultura, faixa etária ou extrato social.

Tendo em conta que seria impossível estudar as políticas desportivas da totalidade dos Municípios, esta investigação incidiu em seis Municípios pertencentes à Área Metropolitana de Lisboa (AML), tendo sido escrutinadas as políticas desportivas e os programas e atividades que estes disponibilizam e apoiam, procurando nomear as atividades, salientar o público-alvo, os objetivos a atingir e, sempre que existam dados disponíveis, os resultados obtidos.

O facto de 64% por cento da população portuguesa afirmar nunca praticar desporto, as novas tendências existentes e o aumento da exigência do público-alvo, aliados à importância das Políticas Desportivas Municipais, tornam este tema pertinente e justificam a sua escolha para este estudo. O parco volume de estudos neste âmbito para a AML e a possível aplicação futura das suas conclusões, ao nível académico e profissional, reforçam a pertinência do tema.

Os Municípios a avaliar foram nomeados com base nos seguintes critérios:

- Municípios que partilham fronteiras entre si, tendo a possibilidade geográfica de efetuarem programas em parceria;
- Municípios com ligação direta ao elemento água, tendo três dos mesmos uma ligação direta ao mar e os restantes três uma ligação direta ao rio;
- Município que foi Cidade Europeia do Desporto: Setúbal (2016);

- Municípios que apresentaram uma candidatura a Cidade Europeia do Desporto: Almada (2018) e Cascais (2019);
- Município que irá ser Capital Europeia do Desporto: Lisboa (2021).

A questão principal que originou este estudo é a seguinte:

- Que tipo de Políticas, Programas e Atividades Físicas e Desportivas oferecem estes Municípios aos seus munícipes?

Esta questão principal poderá ser subdividida em seis subquestões:

- Qual o posicionamento do desporto na estrutura orgânica dos Municípios?
- Qual a Política Financeira instituída ao nível do desporto nos Municípios?
- Quais as linhas orientadoras subjacentes ao pensamento político-estratégico do desporto no Município?
- Os Municípios têm uma Política Municipal de Fomento à Prática dos Desportos Náuticos?
- As atividades físicas e desportivas disponibilizadas abrangem as diferentes formas de prática e os diferentes segmentos da população?
- Existem sinergias intermunicipais, em termos de Políticas de desporto, entre os Municípios alvo de estudo?

Para o esclarecimento destas questões foi necessário conhecer as linhas orientadoras do pensamento político e estratégico destes Municípios ao nível da gestão do desporto, identificar e analisar a oferta desportiva municipal, analisar as características específicas de cada Município e relacioná-las com a oferta desportiva municipal disponibilizada e apoiada.

2 | ENQUADRAMENTO TEÓRICO

O desporto é um direito do cidadão, um direito que se encontra consagrado na Carta Europeia do Desporto (Art.1º) e na Constituição Portuguesa (Art. 79º).

Os Municípios, pela sua proximidade com os cidadãos, têm um papel vital no sistema desportivo nacional. Com base nas suas atribuições, têm a incumbência de criar condições para a prática desportiva e assegurar a sua correta efetivação, seja de forma direta, com a criação e dinamização de programas próprios, ou de forma indireta, através de apoio ao desenvolvimento de programas de prática desportiva e da fiscalização da sua correta aplicação.

De modo a garantir o desenvolvimento desportivo, os Municípios devem direcionar a sua atividade para (Constantino, 1999):

- A Educação Física no 1º Ciclo do ensino básico;
- A prática desportiva escolar, cooperando com o Ministério da Educação;

- A criação, desenvolvimento e apoio de projetos de prática desportiva regular, destinados a melhorar a saúde e o bem-estar do cidadão;
- O apoio a projetos desportivos destinados a segmentos específicos da população como a População Idosa e / ou Portadora de Deficiência;
- A criação, desenvolvimento e apoio de projetos destinados à ocupação do tempo livre dos jovens, designadamente em períodos de férias escolares;
- A criação de parcerias com as universidades;
- A criação de infraestruturas destinadas à prática desportiva.

A maioria das políticas desportivas implementadas ao longo do tempo foram construídas tendo como base o movimento associativo, maioritariamente através de apoio financeiro, mas sem qualquer “visão estratégica, de raiz eminentemente prospetiva”. Este modelo encontra-se esgotado, devido à falta desse apoio financeiro e principalmente por questões culturais e civilizacionais, relacionadas com as discrepâncias entre a procura desportiva da população e o modelo de organização desportiva proposto (Constantino, 1999).

O grande desafio das políticas públicas de desporto, e de quem as define, passa pela criação de programas que permitam a satisfação das necessidades individuais de muitos, substituindo as políticas de curto prazo, com maior impacto mediático, por “projetos de desenvolvimento”, a médio e longo prazo, “com resultados mais sustentados e duradouros” (Constantino, 1999).

a) Instalações Desportivas

O trabalho realizado em Portugal a este nível no final do século XX e início do século XXI foi concebido com base num pensamento e modelo únicos, algo que transmite uma visão redutora do desporto e inibe o seu desenvolvimento. Edificaram-se várias instalações desportivas (pavilhões escolares ou gimnodesportivos, etc.) utilizando um único modelo e replicando-o.

Sendo Portugal um País carenciado em termos de “diferentes tipologias de equipamentos”, é importante apostar em espaços que ofereçam flexibilidade de soluções, capacidade de utilização variada, economia e rentabilização dos seus elementos e, em especial, que suprimam as necessidades dos cidadãos.

Os espaços e instalações destinadas à prática desportiva devem ser articulados com as necessidades e a procura desportiva local, com as práticas desportivas existentes e permitir um equilíbrio entre as diversas dimensões de prática desportiva. Sempre com o objetivo de produzir um desporto para todos.

Todas as decisões devem ser implementadas tendo como base uma reflexão prévia e uma análise aos possíveis efeitos da sua aplicação. Soluções concretizadas “sem planificação e sem um projeto de gestão prévio serão provavelmente mais problemas no

futuro” (Lacoba, 2006).

Só deste modo as infraestruturas desportivas existentes poderão cumprir a sua função de ir ao “encontro dos anseios das populações, ou de práticas desportivas de reconhecido valor na formação dos jovens e na recreação e tempos livres da generalidade dos grupos sociais” (Sarmiento, 2010).

b) Financiamento ao Desporto

O modelo de financiamento do desporto na atualidade é sustentado no Estado (Administração Pública Central e Local), que financia a produção de atividades recreativas que irão beneficiar todas as formas de produção desportivas e a sociedade em geral (Tenreiro, 2010).

Após revolução de 1974, Portugal iniciou um investimento no desporto de recreação que permitiu um desenvolvimento desportivo muito significativo e um aumento exponencial dos rácios de prática desportiva, tendo esta aposta durado até ao início dos anos 80. Durante os trinta anos seguintes, o Governo focou o seu investimento no desporto de alto rendimento e na construção de mega estruturas desportivas, considerando que a obtenção de resultados desportivos e o incremento da economia nacional gerariam efeitos automáticos e o crescimento da prática desportiva a todos os níveis (Tenreiro, 2010).

O investimento no Desporto de Alto Rendimento gerou um desinvestimento público nos clubes de base e uma redução no número de praticantes nacional. Isto porque o de desporto de alto rendimento congrega cerca de 0,5% do total de praticantes nacional, sendo os restantes 99,5% praticantes de desporto para todos ou de recreação. Esta medida gerou um desequilíbrio forte no acesso à prática desportiva por parte da população carenciada, reduzindo os níveis de prática desportiva e aumentando o sedentarismo (Tenreiro, 2010).

No que respeita ao investimento efetuado em infraestruturas desportivas, as críticas prendem-se com os valores orçamentados e os efetivamente gastos, a adequabilidade dessas infraestruturas à procura existente e à cultura desportiva portuguesa e à gestão efetuada após a sua criação (Tenreiro, 2010).

c) Promoção dos Desportos Náuticos

Portugal é um dos Países da União Europeia com maior percentagem de costa marítima, com 1 230 km de extensão na área continental e 3 000 km se se incluir as Regiões Autónomas dos Açores e Madeira. Para além desta realidade geográfica, a maioria da população e das atividades económicas portuguesas está concentrada no território litoral (Camelo, 2013).

O mar exerceu sempre um papel importante na história de Portugal, bastando pensar-se nos Descobrimientos para perceber o seu impacto. Atualmente o mar português gera 11% do PIB, 12% do emprego e 90% das receitas de turismo. No entanto, existe a possibilidade de se incrementar a sua exploração, de forma sustentada e protetora, de modo a este se torne num dos principais fatores de desenvolvimento económico do País

(Pitta e Cunha,2012).

Esta é também a opinião do Governo Português (Gomes, 2014) e o trabalho realizado nesta área tem surtido efeitos, sendo os mais visíveis a criação de Centros de Alto Rendimento para o Surf e a promoção e apoio à organização de eventos desportivos náuticos de dimensão mundial, como a America's Cup World Series Cascais 2011, a Tall Ships Races 2012 Lisbon ou a Volvo Ocean Race 2012 (Camelo, 2013).

Para que ocorra o desejado aumento da exploração do mar são sugeridas as seguintes medidas (Gomes, 2014; Figueiredo de Sousa *et al*, 2009):

- Apetrechamento de Bases de Apoio: necessidade de criar uma estrutura de suporte às atividades e um programa turístico e desportivo que enriqueça a oferta facultada e se equipare às ofertas de outros Países (Figueira de Sousa *et al*, 2009). Áreas a desenvolver (Camelo, 2013):
 - Incremento do número de Marinas e Postos de Amarração
 - Aumento da oferta complementar e do número de empresas;
 - Aumento da qualidade do serviço, diversificação dos produtos comercializados e angariação de clientes nos mercados externos.
- Redução das Entidades Responsáveis pela Gestão da Zona Costeira: fator que tem prejudicado o incremento do setor dos desportos náuticos;
- Exploração Desportiva das Praias: utilização de critérios desportivos na avaliação das praias, o que poderá garantir a conquista de outros públicos e tornar-se uma vantagem competitiva (Gomes, 2014);
 - A ida à praia e a realização de atividades desportivas no mar deverá ser analisada como uma atividade geradora de uma economia ligada a estas dinâmicas desportivas, de lazer e turismo (Gomes, 2014).

A AML é um dos locais nacionais com maior propensão para exploração do mar, devido à sua ampla frente ribeirinha e ao facto de incluir diversas praias que permitem a prática de atividades náuticas, sendo citado pelos especialistas como um dos melhores mundiais para a prática de regatas (Camelo, 2013).

O incremento dos Desportos Náuticos na região poderá ser obtido ao nível da AML, através de uma ação conjunta dos concelhos do Estuário do Tejo no desenvolvimento de infraestruturas de apoio a atividades náuticas, a partir do Programa Estratégico do Porto de Lisboa, que integre infraestruturas mais exigentes em termos técnicos e financeiros (marinas), rampas e equipamentos de acesso à água (Figueira de Sousa *et al*, 2009; Camelo, 2013).

Apenas com um trabalho integrado, realizado por Entidades de Poder Público local (Municípios, AML, Porto de Lisboa), central (Turismo de Portugal), Associações (Clubes Náuticos) e Entidades Privadas (Empresas do Setor) será viável efetuar um plano de desenvolvimento de desportos náuticos que permita a exploração eficiente deste recurso

com um enorme potencial de crescimento.

A evolução deste segmento permitirá uma expansão de toda a economia local, potenciada no crescimento paralelo de mercados como a restauração, hotelaria ou fabrico e transação de equipamento náutico.

d) Atribuições dos Municípios na Área do Desporto

Os Municípios assumem algumas tarefas como prioritárias a este nível, nomeadamente (Custódio, 2011):

- O suporte das atividades escolares e de grupos mais desfavorecidos;
- A política de instalações desportivas, espaços de recreio e zonas verdes;
- O apetrechamento e a gestão dessas instalações;
- O financiamento de projetos de desenvolvimento desportivo;
- A articulação das ações próprias com as ações dos outros setores do sistema desportivo e do sistema social, de modo a criar sinergias;
- A criação de condições para a evolução dos projetos de desenvolvimento desportivo.

Deste modo, uma política municipal de desporto deve (Custódio, 2011):

- Garantir o acesso dos cidadãos às práticas desportivas;
- Fomentar a promoção do “Desporto para Todos”;
- Assegurar que um maior número de pessoas pratique atividade física;
- Construir, manter e modernizar as instalações desportivas;
- Organizar eventos e competições;
- Formar os recursos humanos associados ao desporto;
- Produzir legislação reguladora a nível local e legislação setorial: normas de instalações, segurança e saúde pública (Lacoba, 2006).

Cada Município desenvolve as suas próprias políticas desportivas, uma vez que a Constituição identifica apenas traços gerais pelos quais estes se devem reger no desenvolvimento desportivo da sua região, deixando a definição de estratégias e a adaptação das regras ao critério de cada um. No entanto, existe um fator comum na base das políticas municipais de desporto: o garante do acesso dos cidadãos à prática desportiva como fator de qualidade de vida. Não existe uma fórmula mágica para a gestão desportiva dos Municípios. Todas as estratégias são válidas, dependendo a sua escolha do Município em questão e do estudo efetuado ao sistema desportivo existente, tendo de ser escrutinados os elementos que contribuem para o desenvolvimento da prática desportiva, os objetivos a atingir e as necessidades a satisfazer (Lacoba, 2006).

A realização de uma exaustiva análise inicial e um detalhado diagnóstico de

necessidades será fulcral para a definição das políticas desportivas a implementar e para se estabelecer um cenário futuro desejável para o Município em termos desportivos, algo que facilitará a identificação do papel a desempenhar por parte da administração local e a definição das prioridades.

e) Estratégias e Segmentos Prioritários

A taxa de participação desportiva em Portugal, em 1998, era de 23%. Vinte e três em cada cem portugueses, entre os 15 e 74 anos, afirmava praticar desporto ou uma atividade física. Se se efetuar a comparação com outro estudo realizado dez anos antes, conclui-se que se verifica uma estagnação da participação desportiva dos portugueses. No período de dez anos, a proporção de cidadãos que afirma praticar desporto não aumentou (Marivoet, 2002).

Mais recentemente, em 2004, a pedido da Comissão Europeia, foi efetuada uma sondagem na qual 22%, da população de Portugal com mais de 15 anos afirmou praticar desporto pelo menos uma vez por semana e 73% declararam não realizar qualquer prática desportiva, sendo estes valores os piores da União Europeia. Decorridas três décadas sobre o primeiro estudo dos hábitos desportivos da população portuguesa, torna-se necessário compreender, com propriedade e fundamento, as razões destes resultados (Silva, 2009).

De entre o universo ao qual os Municípios e as suas políticas desportivas necessitam de oferecer uma resposta e enquadramento que permita a prática física e desportiva, existem alguns segmentos que necessitam de mais atenção e para os quais é necessário criar programas, ações e estratégias específicas. De acordo com a bibliografia e os autores analisados, esses segmentos são:

- Crianças, Adolescentes e Jovens;
- Raparigas e Mulheres;
- Idosos;
- Pessoas com Deficiência;
- População Desfavorecida e Minorias.

f) Crianças, Adolescentes e Jovens

Se se pretende uma sociedade futura que pratique desporto de forma regular é fundamental educar os jovens do presente nesse sentido, pois eles serão *“os homens e as mulheres do amanhã.”*

Este segmento da população tem de ser uma prioridade para os Municípios e as suas políticas de desporto devem potenciar o desenvolvimento desportivo local através de apoio a entidades e iniciativas que intervenham neste domínio.

Uma política municipal destinada à infância deve ser construída em torno dos seguintes alicerces (Constantino, 1999):

- Uma intervenção direta nos locais de acolhimento de crianças: creches, infantários, jardins-escola e ensino pré-escolar;
- Formação permanente de educadores;
- Programas de melhoria dos espaços físicos de acolhimento das crianças;
- Reforço de meios e recursos nos locais de acolhimento de crianças;
- Programas de divulgação / formação sobre desenvolvimento infantil que permitam uma adaptação aos tempos modernos e às exigências atuais;
- Criação de um serviço municipal de coordenação de políticas públicas destinadas às crianças.

Os Municípios necessitam de apoiar e desenvolver políticas de desporto que permitam a formação desportiva das crianças no contexto escolar, onde é mais fácil atingir todas as crianças dado que o ensino é obrigatório, e fora do âmbito escolar, onde a procura é efetuada por quem pretende praticar desporto de uma forma regular, no sentido de melhorar o seu potencial desportivo.

A presença da educação física no 1º ciclo do ensino básico foi sempre um tema muito debatido, com Pais, Professores e Responsáveis do Governo a criticar a inexistência de uma adequada política de incentivo à educação física neste ciclo escolar (Constantino, 1999). Atualmente, através do apoio e dinamização dos Municípios, Portugal tem programas de Educação Física no 1º ciclo, sendo devido a estes que muitas crianças lidam com “atividades motoras programadas e orientadas” nos primeiros anos de escolaridade.

Presentemente a educação física no 1º ciclo do ensino básico é ministrada:

- Através da Expressão e Educação Físico-Motora (Decreto-Lei nº 286/89), fazendo parte do currículo de todos os alunos no ensino obrigatório, e tendo os seguintes objetivos (Ministério da Educação, 1998):
 - Melhoria das capacidades físicas e de coordenação;
 - Cooperação com os colegas e aperfeiçoamento da habilidade;
- Como Atividade Extra-curricular (AEC), facultativa e não obrigatória, tendo como finalidade o desenvolvimento da criança (Despacho nº 14460/2008).

Um estudo efetuado no Município de Aveiro sobre a gestão e execução das AEC's (Martins, 2007), cuja incumbência reporta aos Municípios, mostrou que se assiste a uma mercantilização da educação, caracterizada pela concorrência entre estabelecimentos de ensino e pela concessão a privados da prestação de serviços educativos até agora internos aos serviços públicos. A autora concluiu que as AEC estão a ser geridas por entidades externas aos Municípios em regime de prestação de serviços, medida justificada pelos seguintes factores:

- Falta de recursos Municipais para a organização logística das atividades:

- Recrutamento de professores e elaboração de horários;
- Identificação e adequação dos espaços físicos e materiais;
- Acompanhamento das atividades;
- Experiência dos parceiros (institutos de línguas, associações desportivas);
- Utilização, por parte destas entidades, de critérios muito idênticos aos empresariais: eficiência, eficácia e qualidade pedagógica;
- O facto do diploma legal que concebeu as AEC's (Despacho nº 12590/2006) ter definido que estas podem ser promovidas por várias entidades (Autarquias, Associações de Pais, Instituições Particulares de Solidariedade Social e Agrupamentos de Escolas).

Conclui-se o estudo afirmando os pontos fortes e fracos identificados:

- Pontos fortes:
 - Satisfação das famílias;
 - Igualdade de oportunidades facultadas a todos os alunos do 1º Ciclo;
- Pontos fracos:
 - Rede escolar dispersa e mal equipada. Necessidade, em alguns casos, de aluguer de espaços para o funcionamento das atividades;
 - Dificuldade no recrutamento de professores;
 - Instabilidade dos profissionais face às debilidades contratuais e salariais praticadas;
 - Insuficiência dos recursos humanos e técnicos disponibilizados.

O apoio facultado pelos Municípios é realizado sem grandes recursos próprios que possam ser associados à causa. Assim, a ação dos Municípios deverá incidir principalmente na mobilização das escolas, dos seus agentes e do movimento associativo com o objetivo de remover os obstáculos que limitam a prática de desporto em contexto escolar, na melhoria das condições oferecidas e através de apoio à formação dos Professores (Constantino, 1999).

g) Raparigas e Mulheres

O desporto foi durante muitos anos uma prática assumidamente masculina, associada a uma ideia de herói, um domínio que não era compatível com o conceito de mulher e feminilidade existente (Botelho-Gomes, 2012).

O estudo COMPASS, método que visa avaliar a participação desportiva da população (Viana, 2014), realizado em Portugal em 1998 comprova a desigualdade existente entre géneros no que diz respeito à prática física e desportiva. Este estudo permitiu verificar que 34% da População Portuguesa Masculina com idades compreendidas entre 15 e 74 anos praticava desporto, enquanto que no caso da População Feminina apenas 14% praticava

desporto. Tendo em conta que a População do Sexo Feminino em Portugal representa 52% do total do universo nas idades referidas, este facto representa um dos fatores mais importantes da fraca participação desportiva (Parente, 2011).

A prática de atividade física e desportiva por parte da População Feminina difere de acordo com as seguintes variáveis: Idade; Nível de Escolaridade e Estatuto Socioprofissional. Verifica-se uma menor incidência nas gerações com mais idade, menos escolarizadas, e enquadradas em grupos sociais menos favorecidos. Para além destes factos, existem ainda outros fatores culturais e profissionais que ajudam a explicar esta realidade (Parente, 2011):

- Dificuldade em conciliar a exigente atividade profissional com as responsabilidades familiares que lhes são culturalmente associadas;
- Falta de oferta acessível direcionada para o tipo de procura requerido;
- Instalações desportivas existentes que ainda não oferecem o conforto e as situações ideais para a prática desportiva feminina;
- Falta de oferta desportiva específica por parte do Movimento Associativo, que representa uma grande parte da oferta desportiva no País;
 - Esta lacuna é colmatada pelos Clubes Privados que nem sempre praticam preços comportáveis para a maioria das famílias portuguesas.

De modo a contrariar esta tendência é vital criar estratégias que cativem a população feminina e reduzam o seu abandono. Uma das etapas onde é fulcral cativar as praticantes e criar hábitos de prática desportiva é na educação física em ambiente escolar. Tem de se considerar a iliteracia desportiva a par com a iliteracia matemática e literária, definindo a promoção da atividade física como uma prioridade, abandonando modelos pré-concebidos e rotinas antiquadas. Vários autores alertam para a necessidade de repensar a Educação Física de modo a torná-la mais equitativa e inclusiva (Botelho-Gomes *et al*, 2008).

A escola deve contribuir para que parte dos 60 minutos recomendados de atividade física diária sejam aí cumpridos e ensinar a ser activo/a, respeitando as apetências e possibilidades de cada um. (Botelho-Gomes *et al*, 2008).

h) População Idosa

As melhorias na saúde, na qualidade de vida e o aumento da esperança de vida têm originado o envelhecimento da população e um aumento do número de pessoas idosas em todo o mundo, sendo a população idosa a que mais cresce em comparação com as restantes faixas etárias (Benedetti *et al*, 2007).

Deste modo, torna-se fundamental olhar para este grupo de cidadãos e desenvolver uma estratégia de promoção de atividade física que envolva e se destine aos mesmos, algo que durante muitos anos não existiu. E atualmente, apesar do crescimento das opções de prática desportiva, a oferta de prática desportiva para este grupo da sociedade está ainda

muito limitada às ofertas desportivas municipais ou a programas ou ações apoiadas pelos Municípios.

Esta é uma medida vital para a melhoria da saúde física e mental destes cidadãos, permitindo que o processo de envelhecimento transcorra de modo natural, sem limitações impostas por doenças que originem a sua exclusão de atividades previamente realizadas ou que desejassem realizar (Custódio, 2001)

Importa que este público-alvo efetue exercícios que criem condições físicas para a realização das suas atividades diárias (andar, subir, descer, baixar-se, levantar-se) com a força, resistência, flexibilidade e agilidade que as mesmas exigem (Jacob Filho, 2006). Nas situações em que a pessoa idosa tem de ser tratada especificamente para um determinado sintoma ou estado físico, assume particular importância o profissional de desporto, como pessoa credenciada e com conhecimentos suficientes para indicar e ministrar o tipo de atividade física adequada para a melhoria do estado de saúde do praticante.

Outra questão muito discutida prende-se com o acesso gratuito ou com a cobrança pela sua frequência das atividades. Tendo em conta o público-alvo, as suas condições sociais e objetivo de cativar o máximo de praticantes, é crucial que a participação nestes programas municipais seja isenta de custos ou, caso tal não seja viável, o valor a pagar seja o mais reduzido possível.

Apesar do aumento da oferta facultada e da melhoria das condições facultadas, estima-se que cerca de 65% dos idosos sejam insuficientemente ativos, ou seja, que efetuem menos de cento e cinquenta minutos por semana de atividades físicas moderadas ou vigorosas (Benedetti *et al*, 2007).

i) Pessoas Com Deficiência

Este é, muito provavelmente, o segmento da população para o qual existe menos oferta de prática desportiva. Este facto deve-se principalmente a questões sociais e comportamentais e à necessidade de existência de condições adequadas para a prática desportiva, ao nível do acesso e frequência às necessidades deste tipo de praticantes (rampas, acessos, elevadores) e ao nível da formação específica para treinadores e professores.

O modo como este segmento da população foi entendido e aceite pela sociedade ao longo do tempo foi distinto, originando obstáculos de integração adicionais, para além das dificuldades físicas e/ou mentais que estes cidadãos acarretam. Apesar de nem sempre ter sido assim, atualmente a sociedade age com a População Com Deficiência numa perspetiva inclusiva, existindo legislação e soluções específicas a diversos níveis, permitindo um nível de compreensão e integração superior para este público-alvo (Vitorino *et al*, 2015).

Mas, apesar da evolução que tem ocorrido a este nível, existem ainda vários aspetos a serem melhorados, com o fim de desenvolver mais e melhores ofertas desportivas para Pessoas Com Deficiência e fomentar a participação.

Um dos aspetos diz respeito à possibilidade das Pessoas com Deficiência participarem na escolha das políticas de desporto que se lhe destinam, medida que beneficiará a implantação das medidas, a adesão às mesmas e permitirá a criação de ações mais adequadas e apelativas (Marques *et al*, 2001).

Outro aspeto a ser desenvolvido é a área da investigação científica. Estudos diferenciados por modalidade e por necessidade especial poderão garantir um conhecimento adicional que será benéfico no desenvolvimento de políticas, programas e ações destinadas a este público-alvo.

Por fim, deve-se aumentar a participação de Pessoas Com Deficiência em atividades físicas e desportivas. Com base num estudo realizado em 2013 sobre a participação desportiva da População com Deficiência em Portugal (Saraiva *et al*, 2013), verificou-se o baixo nível de envolvimento deste público-alvo em atividades desportivas de caráter regular e competitivo em Portugal.

Apenas 0,4% da População Com Deficiência residente em Portugal participa em atividades desportivas regulares e competitivas. Este é um valor muito baixo comparativamente a outros países como, por exemplo, a Austrália, onde 53% da População Com Deficiência participa em atividades deste tipo.

No estudo identificaram-se como causas para o baixo nível de participação:

- A carência de recursos para custear as deslocações para os treinos;
- A inadequação das instalações;
- A ausência de formação/preparação específica dos responsáveis;
- A ausência de materiais específicos na escola;
- A falta de programação adequada às necessidades didáticas dos alunos;
- A inexistência de disponibilidade de horário dos professores para trabalhar apenas e especificamente com estas crianças ou jovens.

Para combater estes resultados é fundamental:

- Adotar medidas de fomento e de manutenção de estilos de vida ativos:
 - Eliminar obstáculos físicos que dificultem a frequência dos praticantes;
 - Incrementar a formação dos profissionais que colaboram nestas ações;
 - Sensibilizar os envolvidos (profissionais e familiares) para os benefícios da prática desportiva e para a importância do seu apoio emocional;
- Fomentar a participação das mulheres com deficiência, apoiando estudos que identifiquem as causas do seu reduzido envolvimento;
- Aumentar a oferta desportiva escolar e reduzir as assimetrias existentes ao nível da oferta desportiva e dos recursos humanos e materiais.

j) População Desfavorecida e Minorias

Apesar do exercício físico ser uma atividade benéfica para toda a população, as populações desfavorecidas e as minorias utilizam os seus poucos recursos nas necessidades básicas de vida, necessitando de soluções de prática desportiva de baixo custo (Louzada *et al*, 2009). Existem alguns fatores que justificam o menor índice de prática desportiva deste grupo populacional:

- o grau de escolaridade influencia a frequência de atividade física de lazer, apresentando a população com baixa escolaridade uma maior probabilidade de não realizar atividade física de lazer (Gomes *et al*, 2001);
- a análise da prática de atividade física total (de lazer, ocupação profissional, doméstica e deslocações) demonstra que esta é mais alta na população economicamente desfavorecida (Del Duca *et al*, 2009);
 - ao se analisar em exclusivo a atividade física de lazer, verifica-se que a diminuição do nível económico origina um aumento da inatividade física, facto justificado pela falta de locais públicos adequados à prática de atividade física (parques, ciclovias) e pelo considerável investimento financeiro necessário para a prática em ginásios, academias e clubes;
- o baixo nível de consciência crítica dos indivíduos e a falta de perspetiva das suas escolhas (Louzada *et al*, 2009);
- o facto da atividade física estar muitas vezes associada à estética em detrimento de uma visão relacionada com a saúde (Louzada *et al*, 2009).

Ao nível dos movimentos migratórios, como é referido no “*Livro Branco Sobre O Desporto*” publicado pela Comissão Europeia em 2007, o desporto pode funcionar como um fator de integração e de aproximação, atuando no fomento da noção comum de participação e pertença.

Os estudos existentes que relacionam imigrantes e prática desportiva demonstram que este segmento da população aparenta ser menos ativo fisicamente do que a população local. As principais causas prendem-se com o seu baixo estatuto socioeconómico, o facto de residirem em locais inseguros e com falta de áreas para a prática desportiva, o domínio insuficiente da língua ou as diferenças em termos de cultura desportiva (Moraes *et al*, 2012).

É fundamental que se transmita que a saúde está relacionada com o bem-estar físico, emocional e social e que a um estilo de vida saudável corresponde uma alimentação equilibrada, a prática de exercício físico regular e o equilíbrio entre corpo e mente. Em seguida, é necessário aferir as condições de vida e a opinião deste público-alvo, para que os programas e as ações a implementar permitam suprimir as suas necessidades e atingir os seus interesses, o que facilitará a sua adesão à prática desportiva regular (Louzada *et al*, 2009).

k) Sinergias Intermunicipais

Na sociedade atual, onde somos cada vez mais cidadãos do mundo e tudo se encontra interligado, é importante a criação de programas, políticas e infraestruturas que sejam partilhadas/exploradas por várias entidades, de modo a reduzir o seu custo de produção e manutenção e potenciar a sua exploração.

Promove-se assim a criação de sinergias intermunicipais como atividade potenciadora das capacidades de cada um, permitindo a realização de atividades que, pelo seu volume e complexidade, nenhum teria capacidade de resolver e equacionar individualmente (Custódio, 2011).

Nos tempos de crise que a sociedade atravessa, é importante encontrar formas de reduzir custos e maximizar os equipamentos existentes. Uma possível solução para esta situação será a aplicação do conceito de “interdependência”, onde o planeamento, a construção e a exploração de infraestruturas, políticas e programas desportivos é efetuado por mais do que um Município, permitindo o alcance de um maior número de cidadãos, a supressão de um maior número de lacunas existentes e a diluição dos custos de conservação e manutenção por diversas entidades (Sarmento, 2010).

As instalações desportivas devem ser construídas e geridas de acordo com as necessidades da população, como complemento das ofertas desportivas existentes e com uma gestão que aponte para a rentabilidade. Defende igualmente a criação de equipas intermunicipais que efetuem a conservação e manutenção dos equipamentos, de modo a partilhar custos (Sarmento, 2010).

Também Mário Teixeira (2008) afirma, referindo-se neste caso à gestão do desporto na cidade de Lisboa, que a resolução de alguns problemas nesta área só será possível “numa dinâmica supramunicipal”.

Estas medidas permitirão que os equipamentos desportivos se tornem rentáveis e adequados às necessidades da população local, correspondendo a população local à soma dos cidadãos de diversas freguesias, concelhos ou Municípios que, por uma questão de proximidade, interesse ou necessidade partilhem as mesmas infraestruturas desportivas (Sarmento, 2010).

l) MODELO DE ANÁLISE

Este projeto foi gerado com base em dois trabalhos de investigação efetuados (Teses de Doutoramento) na área das Ciências dos Desporto:

- *“Políticas Públicas Desportivas: estudo centrado nos Municípios da área metropolitana do Porto”*, realizada em 2010 por Carlos Filipe da Costa Januário na Universidade do Porto;
- *“O Desporto e as Pessoas: Estudo de fatores influenciadores do Desenvolvimento Regional do Desporto em Portugal”*, realizada em 2012 por Mário Rui

Coelho Teixeira na Universidade Técnica de Lisboa, Faculdade de Motricidade Humana:

Estes dois trabalhos serviram de base a este projeto, tendo sido integradas outras variáveis que permitiram torná-lo distinto e útil, nomeadamente:

- A aplicação aos Municípios da Área Metropolitana de Lisboa;
- A exploração, conservação e aproveitamento desportivo do mar ou rio.
- A análise de outros trabalhos académicos realizados nesta área:

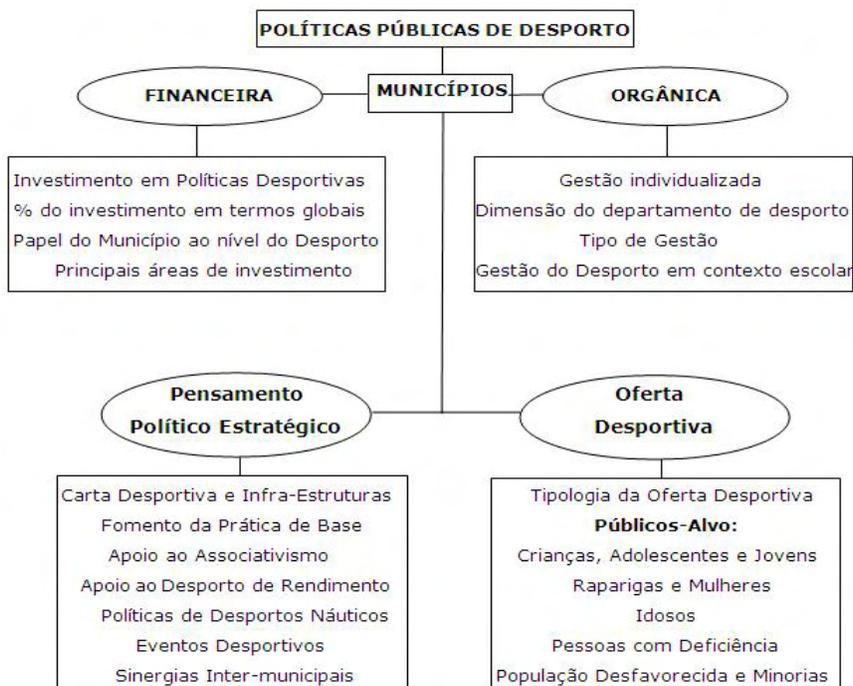


FIGURA 7: MODELO DE ANÁLISE IMPLEMENTADO NO ESTUDO

Fonte: Elaborado pelo autor deste estudo

3 | METODOLOGIA

a) Universo e Amostra

Portugal tem um total trezentos e oito Municípios, responsáveis pela gestão do território e dos cidadãos que interagem nesse espaço geográfico e com a incumbência de gerir várias áreas da sociedade, sendo o fomento e apoio da atividade física e desportiva uma delas.

Este estudo incidirá em seis Municípios pertencentes à AML, área geográfica que

engloba dezoito municípios pertencentes às sub-regiões da Grande Lisboa e da Península de Setúbal. De acordo com os dados do ano de 2015 divulgados no site *Pordata*, site onde são apresentados dados estatísticos sobre Portugal, é a área metropolitana mais populosa do País e a segunda região mais populosa, logo a seguir à Região Norte.

Os Municípios analisados neste estudo são Almada, Cascais, Lisboa, Seixal, Setúbal e Vila Franca de Xira. A escolha dos mesmos, de entre o universo de Municípios da AML, deveu-se aos seguintes aspetos:

- Municípios que dispõem de frente ribeirinha (Cascais, Lisboa e Vila Franca de Xira) ou marítima (Almada, Seixal e Setúbal);
- Municípios que partilham fronteiras entre si, tendo a possibilidade geográfica de efetuarem programas em parceria;
- Municípios desenvolvidos em termos sócioeconómicos e com boa dinâmica ao nível das atividades náuticas: Lisboa e Cascais;
- Municípios com razoável oferta desportiva ao nível aquático e com bom aproveitamento da sua costa litoral: Almada e Setúbal;
- Município com requalificação da sua frente ribeirinha: Seixal;
- Município que já foi cidade europeia do desporto: Setúbal;
- Municípios candidatos a cidade europeia do desporto: Almada e Cascais;
- Município candidato a capital europeia do desporto: Lisboa;

b) Métodos e Técnicas

Neste estudo é efetuada uma abordagem qualitativa e interpretativa. A escolha deste tipo de abordagem está relacionada com o tipo de conhecimento que se pretende obter:

- Compreender as Políticas Públicas de Desporto dos Municípios alvo de estudo;
- Analisar as razões da sua formulação e implementação;
- Conhecer os resultados gerados por essas Políticas.

Neste caso específico, a aplicação do modelo de análise descrito anteriormente contemplou as seguintes fases, tarefas e etapas:

- Identificação e breve caracterização dos Municípios alvo de estudo;
- Recolha de informações:
 - Identificação das variáveis analisadas;
 - *Dimensão geográfica e demográfica*
 - *Caracterização do “Público-Alvo”*
 - *Administração Municipal*
 - *Procura e Oferta Desportiva*

- *Instalações Desportivas*
- *Análise das políticas desportivas dos Municípios*
- Apresentação dos dados recolhidos.

c) Instrumentos e Procedimentos

A a recolha de informação foi efetuada através de dois procedimentos:

- **Análise de Documentos:** Cartas Desportivas; Documentos previsionais de Gestão Municipal (2013-2017); Sites Institucionais; Diplomas legais com a estrutura do Organograma Municipal;
- **Realização de Entrevista Guiada:**
 - Realização de uma entrevista individual aos Responsáveis do Desporto de cada Município analisado, com base num guião produzido especificamente para o efeito que assenta em cinco dimensões:
 - *ESTRUTURA ORGÂNICA:* Posicionamento e importância do desporto na estrutura orgânica do Município;
 - *ÁREA FINANCEIRA:* Valor e Evolução do orçamento municipal para o desporto; Valorização das receitas próprias do desporto;
 - *OPÇÕES POLÍTICO-ESTRATÉGICAS:* Tipo de política desportiva implementada; Principais objetivos estratégicos da política implementada; Análise das principais políticas implementadas;
 - *OFERTA DESPORTIVA:* Tipologias de Ofertas Desportivas; Planeamento do Programa de Oferta Desportiva;
 - *SINERGIAS INTERMUNICIPAIS:* Identificação de sinergias intermunicipais existentes; Identificação de áreas onde desenvolver políticas intermunicipais.

4 | RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para se proceder ao estudo das entrevistas realizadas aplicou-se o método de análise de conteúdos, metodologia que engloba um conjunto de técnicas de análise de comunicações, sendo fulcral neste método a análise da semântica, do significado de um texto, afirmação ou ideia (Campos, 2004). Após a análise individual de cada entrevista, optou-se por realizar uma análise comparativa das mesmas, tendo em conta as variáveis definidas no Guião de Entrevista.

a) Estrutura Orgânica

Constatou-se que em nenhum dos Municípios analisados é efetuada uma gestão exclusiva do Pelouro do Desporto. Todos os Vereadores do Desporto acumulam também outros Pelouros, num total entre três (*Lisboa e Seixal*) a sete (*Vila Franca de Xira*), sendo este maioritariamente associado à Educação, Cultura e Juventude, áreas que são da

responsabilidade do mesmo Vereador do Desporto em três Municípios: *Almada; Setúbal e Vila Franca de Xira*.

Verificou-se também maior relevância terminológica na orgânica em Lisboa e Seixal (*Direção Municipal*) e menor nos restantes Municípios (*Departamento*).

As atribuições inerentes à unidade orgânica municipal responsável pela gestão do Desporto encontram-se nomeadas em Despachos ou Regulamentos Municipais e distribuem-se por diversas áreas, sendo as principais responsabilidades transversais a todos os Municípios analisados as seguintes:

- Elaborar os **documentos estratégicos de desenvolvimento desportivo**
- Assegurar a realização das **políticas** municipais na área do desporto;
- Promover o **Plano Municipal de Desenvolvimento Desportivo**;
- Promover a construção de **equipamentos desportivos municipais**;
- Gerir as **instalações desportivas municipais**, bem como acompanhar e avaliar o desenvolvimento do plano de atividades;
- Promover **projetos nas áreas da educação, expressão físico-motora e desporto escolar**;
- Desenvolver e apoiar **projetos de oferta desportiva** diversificados;
- Implementar o desenvolvimento de **programas especiais e integrados de atividade física e desportiva**;
- Garantir a realização de **eventos desportivos** que promovam o incremento do desporto no Município e coordenar a sua implementação;
- Desenvolver **parcerias** e colaborar com entidades públicas ou privadas;
- Acompanhar e apoiar a atividade do **associativismo** no Município;
- Intervir na elaboração, execução e cumprimento dos **contratos de desenvolvimento desportivo e contratos programa**;
- Promover a criação de programas de **formação de agentes desportivos**.

A dimensão dos recursos humanos afetos diretamente ao desporto varia entre os 16 e os 165 colaboradores. No caso de *Cascais* a informação disponibilizada reporta-se apenas ao Gabinete do Desporto, área onde é planeada e gerida a política desportiva municipal, o que justifica o facto de ser o Município com o menor número de colaboradores ao nível do desporto (16).

Estes Municípios têm um total de 589 colaboradores ao nível do desporto, sendo 79% pertencentes aos quadros do Município e os restantes 21% contratados através de Prestação de Serviços ou em Regime de Outsourcing.

Com base nestes dados é possível de retirar as seguintes conclusões:

- Dois tipos de opções estratégicas ao nível dos recursos humanos:

- Uma estrutura maior em *Almada, Seixal e Vila Franca de Xira*;
- Uma estrutura mais reduzida nos Municípios de *Lisboa e Setúbal*;
- Uma aposta exclusiva em colaboradores internos em *Lisboa e Seixal*;
- Uma aposta / dependência da contratação de colaboradores qualificados:
 - 46% do total de colaboradores nesta área no Município de *Almada*;
 - 36% do total no Município de *Vila Franca de Xira*;
 - 23% do total no Município de *Setúbal*.

Existe total concordância com os pressupostos com os quais se rege a área municipal do desporto ao nível da Estrutura Orgânica (Posicionamento e Estratificação) e Recursos Humanos (Dimensão e Organização). Os Entrevistados consideram que os pressupostos atuais se encontram em conformidade com as políticas definidas, permitem a existência de uma estrutura funcional e de uma organização capaz de fornecer uma resposta célere às necessidades e aos problemas que vão surgindo.

As Estruturas Municipais de Desporto analisadas atuam em articulação com diversas outras unidades orgânicas municipais, sendo as principais referidas a Educação, a Juventude e a Ação Social. Esta articulação é realizada principalmente nas seguintes tarefas:

- Construção, Manutenção e Gestão de Infraestruturas Desportivas;
- Disponibilização e Apoio a Programas de Prática Desportiva;
- Organização de Eventos;
- Apoio ao Movimento Associativo e Contato com a População.

O Pelouro do Desporto é apontado como importante ou muito importante, devido ao contato direto com a população (*Almada e Setúbal*), ao espaço “muito significativo” que ocupa na agenda pública (*Lisboa*), aos benefícios que dá à sociedade (*Seixal*) e a ser um agente de mudança e evolução (*Cascais*).

Uma outra área analisada nas entrevistas realizadas está relacionada com a gestão das atividades desportivas desenvolvidas no 1º Ciclo do Ensino Básico e com o envolvimento do Pelouro Municipal do Desporto nessa gestão.

Apenas num dos Municípios o Pelouro do Desporto tem a responsabilidade por esta área (*Lisboa*). Em quatro dos Municípios o Pelouro do Desporto participa na gestão das atividades (*Almada, Cascais, Seixal e Setúbal*), apesar de não ser responsável pelas mesmas, e em *Vila Franca de Xira* o Pelouro do Desporto não tem qualquer atuação nesta área, apesar de já sido responsável por este programa anteriormente.

A gestão é efetuada sobretudo por Juntas de Freguesia, Agrupamentos de Escolas, Associações de Pais, Movimento Associativo ou Entidades Privadas.

Em termos de condições para a realização das atividades, *Almada e Lisboa*

consideram o Programa Bem Apetrechado de Instalações, Equipamentos e Recursos Pedagógicos, enquanto *Seixal* e *Setúbal* consideram que o Programa Apresenta Lacunas ao nível das Instalações, Equipamentos e Recursos Pedagógicos. *Cascais* e *Vila Franca de Xira* assumem não ter informações que permitam transmitir uma resposta precisa a esta questão.

A intervenção destes Municípios no 1º Ciclo do Ensino Básico é realizada através de Programas de Prática Desportiva das modalidades de Natação (*Almada, Lisboa, Seixal e Setúbal*) e Atletismo (*Seixal e Setúbal*), de Programas de Formação para Professores (*Cascais e Seixal*) e de Programas de Apetrechamento de Escolas Com Material Desportivo (*Seixal*).

Quatro dos Municípios avaliaram o Programa de atividades desportivas desenvolvidas no 1º Ciclo do Ensino Básico como positivo:

- Pelo nível da oferta de diversas e distintas modalidades (*Cascais*);
- Por cumprir a visão estratégica do Município e estar a crescer (*Lisboa*);
- Por cumprir o objetivo de sensibilização para a prática desportiva (*Seixal*);
- Por permitir a alguns clubes o usufruto dos seus benefícios (*Setúbal*).

O Município de *Almada* optou por não avaliar o programa por se tratar de um projeto recente, do qual não existem dados que permitam efetuar uma avaliação. O Município de *Vila Franca de Xira* considerou que as atividades que integram este programa deveriam ser parte integrante do currículo escolar obrigatório e que o pelouro do desporto deveria participar na gestão do mesmo.

b) Área Financeira

| | ORÇAMENTO MUNICIPAL | ORÇAMENTO DO DESPORTO (€) | VALOR PERCENTUAL | VARIAÇÃO | RECEITAS PRÓPRIAS |
|---------|--|---------------------------|------------------|---|-------------------|
| ALMADA | 89 000 000€ | 2 500 000€ | 2,81% | Crescimento | 64% |
| | 86 455 649€ | 2 901 245€ | 3,63% | | -- |
| | Valor maioritariamente canalizado para | | | Gestão de Equipamentos Desportivos | |
| CASCAIS | -- | -- | -- | Crescimento | -- |
| | 196 007 161€ | 10 277 084€ | 5,24% | | -- |
| | Valor maioritariamente canalizado para | | | Movimento Associativo | |
| LISBOA | -- | -- | -- | Crescimento | -- |
| | 775 097 644€ | 7 259 968€ | 0,94% | | -- |
| | Valor maioritariamente canalizado para | | | Programas Municipais de Desporto. | |
| SEIXAL | 80 000 000€ | 2 000 000€ | 2,50% | Crescimento | 45% |
| | 83 106 887€ | 2 000 000€ | 2,41% | | -- |
| | Valor maioritariamente canalizado para | | | Gestão de Equipamentos Desportivos; Suporte ao Desporto Federado. | |

| | | | | | |
|----------|--|---------------------------|--------|--|-----|
| SETÚBAL | 33 000 000€ | 500 000€ | 1,52% | Crescimento | 50% |
| | 119 377 838€ | 16 187 200€ ¹⁾ | 13,55% | | -- |
| | Valor maioritariamente canalizado para | | | Gestão de Equipamentos Desportivos; Programas Municipais de Desporto. | |
| V F XIRA | 75 000 000€ | 1 000 000€ | 1,33% | Manutenção | 85% |
| | 79 340 542€ | 1 000 000€ | 1,26% | | -- |
| | Valor maioritariamente canalizado para | | | Gestão de Equipamentos Desportivos. | |

QUADRO 1: ORÇAMENTOS MUNICIPAIS PARA O DESPORTO

Os dados reportam ao ano de 2017 e foram alvo de validação documental ou presencial.

Cada um dos Municípios apresenta dois tipos de valores financeiros, de acordo com a sua proveniência: a azul os valores transmitidos nas entrevistas realizadas e a amarelo os valores obtidos através dos Orçamentos Municipais.

Os valores exibidos na coluna Orçamento do Desporto integram os valores relacionados com a Gestão de Equipamentos Desportivos, a Organização de Eventos e a Gestão e Dinamização de Projetos e Programas Municipais de Desporto e não incluem Custos Com Recursos Humanos. O valor indicado pelo Chefe da Divisão de Desporto de Setúbal também não integra a Gestão de Equipamentos Desportivos, pelo que se utilizou na análise comparativa o valor obtido no Orçamento Municipal, de modo a uniformizar os dados analisados.

Verifica-se que o valor absoluto destinado ao desporto no orçamento municipal dos seis Municípios analisados situa-se entre 1 000 000€ (*Vila Franca de Xira*) e 16 187 200€ (*Setúbal*).

Almada, Lisboa, Seixal e Vila Franca de Xira forneceram o orçamento da Unidade Orgânica Municipal que efetua a Gestão do Desporto, tendo apresentado valores que variam entre 1 000 000€ (*Vila Franca de Xira*) e 7 259 968€ (*Lisboa*). *Cascais e Setúbal* facultaram o valor atribuído ao Departamento que integra o Pelouro do Desporto, apresentando valores que variam entre 10 277 084€ (*Cascais*: Departamento que integra Desporto e mais três áreas) e 16 187 200€ (*Setúbal*: Departamento que integra Desporto e mais quatro áreas).

Em termos percentuais verifica-se que o Orçamento Destinado exclusivamente à Unidade Orgânica que gere o Desporto corresponde a um valor entre 0,94% (*Lisboa*) e 3,63% (*Almada*), sendo que o Orçamento Destinado ao Departamento que integra o Desporto corresponde a um valor entre 5,24% (*Cascais*) e 13,55% (*Setúbal*) do Orçamento Global do Município.

O Orçamento Municipal destinado ao Pelouro do Desporto sofreu um crescimento nos últimos quatro anos, tendo-se caracterizado por um orçamento comedido nos dois primeiros anos e um aumento relevante nos anos seguintes. Apenas em *Vila Franca de Xira* o valor não cresceu, mantendo-se estável.

Cascais, Lisboa e Vila Franca de Xira consideram o valor do Orçamento Municipal

de Desporto adequado. Os restantes três Municípios observam que o valor “nunca chega” (*Almada*), devido aos custos da Gestão dos Equipamentos Desportivos (*Seixal*) ou não é adequado mas adequa-se (*Setúbal*), e revelam que um aumento do mesmo seria aplicado na *formação de agentes desportivos* ou na melhoria da *qualidade da organização dos eventos desportivos*.

O Orçamento Municipal de Desporto é maioritariamente canalizado para a Gestão de Equipamentos Desportivos (*Almada, Seixal, Setúbal e Vila Franca de Xira*), para os Programas Municipais de Desporto (*Lisboa e Setúbal*), para o Movimento Associativo (*Cascais*) e para Apoio ao Desporto Federado (*Seixal*).

Os Municípios adotam dois tipos de políticas ao nível das receitas próprias:

Valorização das receitas próprias e sustentabilidade da oferta desportiva: Verbas que equivalem a uma parte significativa do orçamento do desporto em *Vila Franca de Xira* (85%), *Almada*(64%) *Setúbal*(50%) e *Seixal*(45%);

Receitas próprias pouco significativas e oferta maioritariamente gratuita: Municípios que não têm receitas próprias do Desporto (*Cascais*) ou onde a obtenção de receitas próprias não é “o foco do departamento” (*Lisboa*).

c) Opções Político-Estratégicas

Nesta variável foi analisada a visão que cada Município tem para o sistema desportivo local, o papel que o Município pretende desempenhar e as políticas definidas (Instalações Desportivas, Apoio ao Movimento Associativo, Eventos Desportivos, Desportos Náuticos ou Desporto para Pessoas Com Deficiência).

Constatou-se que a política desportiva implementada tem como objetivo global o desenvolvimento de uma política de “Desporto para Todos” que permita a prática de atividade física a todos os segmentos da população. O aproveitamento dos desportos ao ar livre e dos benefícios em termos de saúde e qualidade de vida também foram referidas como finalidades destas políticas.

Os Principais Objetivos Estratégicos a atingir são relativos a três áreas:

- **Entidades Locais e População:**
 - Apoio aos Clubes Desportivos;
 - Descentralização e Criação de Parcerias;
 - Inclusão Social;
 - Melhoria da Saúde e da Qualidade de Vida da População;
 - Participação da População na Definição das Políticas Desportivas;
- **Município:**
 - Aumento da Atratividade Nacional e Internacional;
 - Criação e Implementação de Programas Interdepartamentais;

- Desenvolvimento Territorial;
- **Prática Desportiva:**
 - Apoio à Prática Desportiva nas Escolas;
 - Fomento da Prática Desportiva / Aumento do Número de Praticantes;
 - Fomento dos Desportos ao Ar Livre.

Todos os Municípios analisados efetuam a avaliação da política desportiva implementada, utilizando sobretudo os seguintes métodos e instrumentos: Avaliação Interna; Dados Estatísticos dos Eventos; Questionários de Satisfação; Resultados Desportivos; Reuniões com as Entidades Envolvidas.

Quatro dos Municípios têm Carta Desportiva Municipal, apesar das mesmas apresentarem informações de à cinco ou mais anos atrás, podendo estar bastante desfazadas do panorama desportivo atual do Município. *Setúbal* está a concluir a produção da sua Carta Desportiva, prevendo a sua disponibilização muito em breve, e *Almada* considera que dispõe dos dados da Carta Desportiva Municipal, faltando apenas a criação do documento “formal”.

Estes Municípios têm um total de 3 286 instalações desportivas, sobretudo devido a Lisboa que, com 1 592 instalações desportivas, contém 48,5% do total das instalações. Os restantes Municípios têm valores aproximados, variando entre as 270 (Vila Franca de Xira) e as 438 (Cascais). A grande maioria das Instalações Desportivas existentes são Pavilhões e Salas de Desporto (46% do total) e Pequenos Campos de Jogos (36%) que, em conjunto, correspondem a 82% do total de Instalações Desportivas existentes nestes seis Municípios.

No que diz respeito ao estado de conservação das instalações, a análise será efetuada a quatro dos Municípios, dado que não foi possível obter qualquer informação sobre esta variável em relação aos Municípios de Almada e Setúbal, apesar de ter sido analisada diversa documentação oficial.

A análise destes dados permitiu concluir que a maioria se encontra em Bom ou Razoável Estado de Conservação (88%), estando a maioria em Bom Estado de Conservação (60%). Apenas 7% das instalações desportivas se encontram em Mau Estado de Conservação e 5% não receberam avaliação.

Apesar dos resultados serem bastante satisfatórios, estes poderão estar atualmente completamente desatualizados dado que as informações reportam a 2008, 2010 e 2013, tendo os mais antigos sido recolhidos à dez anos atrás.

As Instalações existentes são consideradas pelos Responsáveis Municipais Entrevistados como adequadas à realidade desportiva do Município e às necessidades notadas. Apesar disso, são identificadas as seguintes lacunas:

- Lacunas Quantitativas: necessidade de edificar mais instalações (*Almada, Cas-*

cais e Setúbal) e corrigir a discrepância entre os valores de Área Útil Desportiva existentes e os valores de referência (*Vila Franca de Xira*);

- Lacunas Geográficas: Melhorar a distribuição das instalações desportivas pela área geográfica do Município (*Lisboa e Seixal*).

A gestão das instalações desportivas municipais é efetuada maioritariamente por Gestão Direta. Apenas o Município de *Cascais* não efetua a gestão direta destas instalações, concessionando esta tarefa em Outras Entidades.

Almada, Seixal e Vila Franca de Xira (50% da Amostra) efetuam Gestão Direta de todas as Instalações Desportivas Municipais. Os restantes Municípios efetuam Gestão Concessionada e/ou Gestão Mista. Os Municípios que optam pela delegação desta tarefa beneficiam de uma redução da estrutura de recursos humanos e do âmbito da sua atuação, apostando mais nas funções de Coordenação e Regulação em detrimento das de Administração ou Gestão.

Todos os Municípios analisados apoiam o Movimento Associativo, sendo esse apoio atribuído de forma pecuniária e não pecuniária nas seguintes áreas:

- Aquisição de Equipamentos Desportivos e Viaturas;
- Fomento de Programas Desportivos;
- Obras de Construção, Requalificação, Melhoria ou Beneficiação;
- Organização de Eventos Desportivos;
- Participação em Provas Desportivas.

Todos os Municípios reconhecem o papel e a importância do Movimento Associativo e da sua Oferta Desportiva no sistema desportivo local, apoiando-o na prossecução da sua atividade. As únicas áreas em que apenas alguns dos Municípios avaliados apoiam o Movimento Associativo são a Formação de Agentes Desportivos e a Inscrição de Atletas área onde, de acordo com os dados recolhidos, apenas o Município de *Cascais* faculta apoio.

Ao nível da Formação de Agentes Desportivos, metade dos Municípios analisados (*Cascais, Lisboa e Seixal*) desenvolvem um Plano de Formação na área do desporto destinado aos colaboradores do Movimento Associativo.

Apenas *Setúbal* não dispõe de um Plano de Formação de Agentes Desportivos definido, não tendo sido identificada nenhuma ação nesta área. O Município dispõe de uma parceria que potencia a existência de estágios profissionais para alunos de desporto mas não foi identificado nenhum programa de formação específico para agentes desportivos.

No caso do Municípios de *Almada e Vila Franca de Xira*, apesar de existirem iniciativas desenvolvidas ou apoiadas pelo Município, não existem Ações de Formação realizadas recentemente, sendo as ações mais recentes datadas de 2014, no caso de *Almada*, e 2009, no caso de *Vila Franca de Xira*.

Em termos de Áreas Programáticas, as Ações de Formação desenvolvidas visam a “Gestão e Planeamento” dos Clubes e Associações e a “Gestão das Atividades Desportivas”, sendo principalmente transmitidos conteúdos sobre:

- Gestão e Planeamento:
 - Gestão de Projetos e Candidaturas: doutrinado nos Municípios de *Lisboa*, *Seixal* e *Vila Franca de Xira* (50% do total de Municípios);
 - Planeamento: lecionado em *Almada*, *Lisboa* e *Vila Franca de Xira* (50%);
- Gestão das Atividades Desportivas:
 - Existe uma grande diversidade de conteúdos, oito no total, sendo cada um deles transmitido exclusivamente em cada um dos Municípios.

Três dos Municípios atribuem ainda apoios específicos, sendo estes ao nível da Consultoria de Gestão, dos Estudos Estatísticos ou na Cedência de Espaços físicos para a Sede (*Seixal*); na disponibilização de Apoio, prestado por Técnicos Municipais, a Projetos de Arquitetura e/ou Engenharia (*Setúbal*) ou na Atribuição de Prémios de Mérito Desportivo (*Vila Franca de Xira*).

Todos os Municípios apostam na Realização de Eventos Desportivos como uma estratégia de desenvolvimento local, reconhecendo a sua importância. Os Entrevistados reconhecem que estas iniciativas criam benefícios nas seguintes áreas: Desenvolvimento Desportivo Local (*Todos os Municípios*); Imagem do Município (*Todos*); Fomento da Economia Local (*Almada*, *Cascais* e *Setúbal*); Imagem Política (*Vila Franca de Xira*) e Benefícios Estruturais (*Lisboa*).

Foi referido que para que um Evento Desportivo possa servir para o Desenvolvimento Desportivo Local é necessário que existam localmente Entidades que possam aproveitar o impacto desportivo desse evento, ou seja, é necessário que as Entidades tenham uma secção ou equipa da modalidade associada a esse Evento ou que tenham como objetivo a sua criação.

Neste estudo foram analisados os Eventos Desportivos organizados localmente nos quais o Município colabora, seja como entidade organizadora, seja como entidade parceira, disponibilizando apoios para a sua realização.

Foram identificados 44 Eventos Desportivos Regulares, sendo 64% de Âmbito Internacional (28 Eventos) - com praticantes nacionais e internacionais - e 36% de Âmbito Nacional (16 Eventos) - apenas com praticantes nacionais.

Cinco dos Municípios têm Eventos Desportivos Regulares de dimensão Mundial, Europeia e Nacional. O Município do *Seixal* tem apenas Eventos de dimensão Nacional, apresentando um conjunto de Eventos Desportivos de menor dimensão e claramente mais direcionados para a população local e para o desenvolvimento desportivo do próprio Município.

No que reporta a Eventos Desportivos Não Regulares, foi detetado um total de 16 eventos, sendo 75% de Âmbito Internacional (12 Eventos), realizados em *Lisboa* e *Setúbal*, e 25% de Ambito Nacional (4), todos realizados em *Almada*.

Com base nos eventos analisados pode-se concluir que os Municípios de *Cascais* e *Lisboa* são, de entre todos os investigados, os que mais apostam na Organização de Eventos Desportivos de âmbito Internacional. No sentido inverso, os Municípios do *Seixal* e de *Vila Franca de Xira* são os que mais apostam na Organização de Eventos Desportivos de âmbito Nacional.

d) Política de Promoção de Desportos Náuticos

Apurou-se que todos os Municípios analisados têm uma Política Municipal destinada ao Fomento da Prática de Desportos Náuticos.

As medidas implementadas a este nível são as seguintes:

- Criação de Infraestruturas (*Almada e Setúbal*);
- Oferta de Prática Desportiva através do Desporto Escolar (*Cascais e Setúbal*);
- Fomação de Treinadores (*Almada*);
- Disponibilização Direta de Oferta Desportiva (*Todos os Municípios*);
- Organização de Eventos (*Almada, Cascais, Lisboa e Vila Franca de Xira*).

Estas medidas visam o Incremento da Oferta e a Captação de Eventos Desportivos que permitam a promoção das modalidades e o aumento do número de praticantes. As modalidades mais fomentadas a este nível são a Canoagem, o Surf e a Vela.

e) Promoção de Desporto Para Pessoas Com Deficiência

Verificou-se a existência de uma política municipal específica neste âmbito em todos os Municípios, tendo como principais objetivos o *Desenvolvimento de Oferta Desportiva Específica* e o *Aumento do Número de Praticantes*.

As principais medidas adotadas são a Adequação das Infraestruturas às Necessidades deste Público-Alvo (*Almada e Lisboa*), a Oferta de Prática Desportiva através do Desporto Escolar (*Setúbal*), a Disponibilização Direta de Oferta Desportiva (*Cascais, Lisboa, Seixal e Vila Franca de Xira*) e a Organização de Eventos (*Cascais, Setúbal e Vila Franca de Xira*).

Cada Município apresenta uma realidade distinta nesta área, tendo sido destacadas nas entrevistas realizadas as seguintes particularidades:

- *Almada*: área a desenvolver a curto prazo no Município, tendo sido referidas como medidas a implementar a criação de Secções de Desporto Adaptado em clubes locais e o incremento da oferta desportiva federada;
- *Cascais*: A Divisão de Desporto assume nesta área um papel “mais como co-laborador”, sendo o principal dinamizador Municipal nesta área a Divisão de Intervenção Social;

- *Lisboa*: os objetivos da política implementada a este nível passam pela solidificação de hábitos de prática desportiva e pela criação de uma “política de respeito pela diferença”;
- *Seixal*: disponibilização de oferta de prática desportiva em atividades desportivas, recreativas e de lazer;
- *Setúbal*: o Município está a estudar a facultação de oferta desportiva no 1º Ciclo. Dispõe de um técnico licenciado na área que identifica os praticantes e os reencaminha para a oferta desportiva dos Clubes;
- *Vila Franca de Xira*: o Município promove a organização de Eventos Desportivos destinados a este público-alvo.

Em relação à Adequabilidade das Instalações Desportivas à prática deste público-alvo, foram avaliadas três dimensões: especificidade da prática, quantidade e localização das mesmas. Apenas o Município de Almada assumiu que as suas instalações preenchem todos estes requisitos, encontrando-se plenamente preparadas para facultar ofertas de prática desportiva a este nível.

Seixal, *Setúbal* e *Vila Franca de Xira* assumem a necessidade de melhorar a adequabilidade das suas instalações às especificidades da prática desportiva deste público-alvo, enquanto *Lisboa* assume a existência de problemas em termos geográficos e quantitativos, derivados de ser uma cidade antiga e com zonas onde não existe espaço disponível para construção de equipamentos desportivos que suprimam essas lacunas. *Cascais* não avaliou esta variável por não dispor de dados que permitissem responder à questão.

f) Oferta Desportiva

Nestes seis Municípios são disponibilizadas à população local um total de 503 atividades físicas e desportivas, o que perfaz uma média de 84 atividades por Município. O Município de Almada é o que apresenta o maior número de atividades disponibilizadas, 144, sendo 49 disponibilizadas pelo Município e 95 facultados pelo Movimento Associativo e pelo Setor Privado.

Estes Municípios apresentam 2 280 entidades que facultam atividade física e desportiva, o que perfaz uma média de 380 entidades por Município. Este valor apenas é possível devido à presença de Lisboa que com um número muito superior aos restantes permite a obtenção deste valor. Efetivamente, apenas Lisboa atinge o valor indicado como média dos resultados obtidos.

No que diz respeito à análise das atividades físicas e desportivas disponibilizadas, esta foi efetuada seguindo os parâmetros utilizados pelos próprios Municípios nos seus instrumentos de comunicação, distribuindo as atividades por onze tipologias.

As atividades mais disponibilizadas por estes Municípios são as Atividades Gímnicas, de Fitness e Dança, com 103 atividades facultadas, os Desportos Coletivos e

Individuais, com 101 atividades asseguradas, e os Desportos de Combate, Artes Marciais e Relaxamento, com 77 atividades disponibilizadas.

As tipologias menos promovidas são os Desportos Motorizados, com 6 atividades produzidas, os Jogos Tradicionais, com 7 atividades disponibilizadas e as Atividades de Exercício, com 8 atividades desenvolvidas.

Verifica-se que existe um grupo de modalidades que é facultado por todos os Municípios, que integra desportos tradicionais como Andebol, Atletismo, Basquetebol, Ginástica, Futebol, Voleibol ou Xadrez, e desportos praticados em rios e mares, como a Canoagem e a Vela.

Em relação à oferta desportiva facultada diretamente pelos Municípios, trata-se de uma oferta diversificada que integra Modalidades Coletivas e Individuais, Desportos Tradicionais e Novas Tendências. Os objetivos passam pela democratização da prática desportiva e pelo aumento do número de praticantes e, nesse sentido, importa que a oferta desportiva possa ser o mais abrangente possível e permita o alcance do maior número de praticantes.

Os Municípios alvo de estudo desenvolvem no total um conjunto de 77 Programas e Ações Municipais na área do Desporto. Destaca-se o Seixal que, com 23 Programas e Ações Municipais na área do Desporto, é o Município que mais ações desenvolve nesta área. No sentido inverso, Almada e Vila Franca de Xira são os Municípios que menos ações desenvolvem nesta área, com um total de 9 e 5. Lisboa produz 15 ações nesta área, Cascais 14 e Setúbal 11.

Constatou-se também que todos os Municípios investigados disponibilizam Oferta Desportiva para Todos os Segmentos da População, existindo uma preocupação adicional no fomento da prática desportiva a determinados grupos da população, designadamente Crianças, Jovens e Adolescentes, Raparigas e Mulheres e População Sénior.

Do universo total de Programas e Ações Municipais na área do Desporto desenvolvido por estes seis Municípios, 42,5% destina-se à população menor de 18 anos, verificando-se assim a importância atribuída a este público-alvo. São programas disponibilizados à população escolar, em conjunto com os Estabelecimentos de Ensino locais, que visam atingir toda a população nestas faixas etárias, procurando fomentar e criar hábitos de prática desportiva.

Os segmentos da população com menor oferta de Programas Municipais de Desporto são a População Com Deficiência, com 6 Programas (6,9%), e a População Ativa que, com 4 Programas (4,6%), é o segmento da população com menor oferta desportiva municipal.

Aferiu-se igualmente que todos os Municípios efetuam o Planeamento da Oferta Desportiva com base na Procura Desportiva e na Experimentação de Novas Tendências e a maioria efetua também com base na Análise Concorrencial e tendo em conta as Características dos Municípios.

As principais Ferramentas e Metodologias utilizadas no Planeamento da Oferta

Desportiva disponibilizada são as seguintes:

- Adoção de uma posição não concorrencial, de cooperação e de complemento de ofertas (*Almada, Lisboa, Seixal, Setúbal*);
- Estudos sobre as Características da População e das Entidades Desportivas Locais (*Almada, Cascais, Lisboa, Seixal, Vila Franca de Xira*);
- Estudos sobre Procura Desportiva (*Cascais, Seixal*);
- Inquéritos, Sondagens e Estudos de Opinião (*Lisboa*);
- Observação direta e Contato com Entidades (*Almada, Lisboa, Setúbal*);
- Oferta Desportiva criada com base nas Novas Tendências (*Almada, Setúbal e Vila Franca de Xira*);
- Oferta Desportiva criada com base nas solicitações da População e das Entidades Desportivas Locais (*Cascais, Lisboa, Seixal*);
- Questionários de Satisfação a Entidades e Praticantes (*Cascais, Seixal, Vila Franca de Xira*).

A maioria dos Municípios efetua a sua Política de Oferta Desportiva Municipal numa estratégia de Sustentabilidade e Gratuitidade. De todos os Municípios analisados apenas Lisboa referiu basear a sua política apenas numa estratégia de gratuitidade.

Do universo total de Programas e Ações Municipais analisados, 72 destas iniciativas são de frequência Gratuita (93,5%) e apenas 5 iniciativas (6,5%) tem um custo associado, que poderá atingir um valor máximo de 15€.

A estratégia de Sustentabilidade é implementada na Oferta Desportiva facultada nas Piscinas Municipais e nos Programas Municipais de Desporto implementados em Parceria, com o objetivo de suportar os custos inerentes à sua organização e gestão. A estratégia de Gratuitidade é implementada nos Projetos, Programas e Eventos Desportivos Municipais, com o objetivo de fomentar a prática desportiva e aumentar o número de praticantes.

É importante ainda destacar que nenhum Município referiu que baseia a Oferta Desportiva numa política de lucro, sendo dada mais importância ao aumento da prática desportiva e do número de praticantes do que à vertente financeira, característica essa que está inerente ao trabalho e às funções atribuídas à Administração Local, da qual os Municípios fazem parte.

g) Procura Desportiva

Neste estudo foi avaliado, entre outros, o Índice de Participação Desportiva da População (*Praticantes / População Geral x 100*). Trata-se de um indicador utilizado no último estudo realizado a nível nacional (2001), denominado “Hábitos Desportivos da População Portuguesa” (Viana, 2014).

A média do Índice de Participação Desportiva dos seis Municípios (16%) é inferior à média nacional (23%), tendo estes Municípios um total de 236 527 praticantes de atividade

física e desportiva, o que corresponde a cerca de 10% do total de praticantes de atividade física e desportiva nacional (9,7%).

Apenas Almada apresenta um índice de participação desportiva superior à média nacional (35%). De resto, apenas Lisboa (21%) se aproxima do valor médio nacional nesta variável, ficando os restantes muito aquém do mesmo (Vila Franca de Xira - 15%; Setúbal - 11%; Cascais - 10% e Seixal - 6%).

A data de recolha dos dados varia de Município para Município, existindo informações recolhidas à oito ou seis anos (Seixal e Vila Franca de Xira) e informações mais recentes, recolhidas em 2017 (Almada e Cascais).

h) Sinergias Intermunicipais Ao Nível do Desporto

Verificou-se a existência de iniciativas deste tipo entre os Municípios analisados, tendo sido referidos projetos existentes nas seguintes áreas:

- Atletismo / Running (Centro de Marcha e Corrida, Meias Maratonas e Maratonas);
- Desportos ao Ar Livre (Ligação da Frente Ribeirinha de Vila Franca de Xira a Cascais);
- Desportos Náuticos (Regatas Intermunicipais);
- Desporto Para Pessoas Com Deficiência (Boccia Sénior);
- Multidesportos (Ironman Cascais, Jogos do Futuro da Região de Setúbal).

O maior projeto identificado foram os Jogos do Futuro da Região de Setúbal, um projeto que tem organização conjunta dos nove Municípios da Região de Setúbal e que envolve a prática de atividade desportiva de mais de uma dezena de modalidades nas vertentes de competição e convívio. A dimensão do projeto em termos de Municípios envolvidos na organização, de praticantes, de modalidades e de momentos de atividade, bem como o facto de contar com cinco edições, demonstram que se trata de uma excelente iniciativa e provam que é possível criar projetos de sucesso ao nível intermunicipal.

Todos os Entrevistados consideram como positiva uma ação futura a este nível, acreditando que este tipo de projetos criará benefícios a diversos níveis (organizativo, operacional, desportivo, entre outros) para todos os envolvidos.

Os Entrevistados, apesar de considerarem este tipo de iniciativas como positivas, identificaram a sua execução como difícil devido a diversos fatores: Obstáculos Políticos (*Vila Franca de Xira*), Distanciamento Geográfico (*Setúbal*), Complexidade Organizativa (*Seixal*), Existência de Diferentes Públicos e Práticas Desportivas (*Cascais*), Impreparação dos Programas (*Lisboa*) e Inexperiência na Organização destas Iniciativas (*Almada*).

Foram sugeridas as seguintes áreas para futuras colaborações intermunicipais ao nível do desporto: Atividades Náuticas (Eventos com Modalidades de Rio ou Mar), Desporto ao Ar Livre (Atividades na Serra e Exploração da Frente Ribeirinha) e Desportos Coletivos

(Ciclismo e Futsal).

Comprova-se que esta é uma área onde já existem algumas iniciativas implementadas e que é reconhecida como um caminho positivo a ser seguido no futuro, apesar de existirem dificuldades para a sua concretização.

5 | CONCLUSÕES

Neste trabalho académico procurava-se identificar e analisar a realidade desportiva de seis Municípios da AML. Procurava-se entender como cada um dos Municípios entende e efetua a gestão do desporto na sua área geográfica e quais os resultados das suas políticas desportivas.

Tendo como base toda a informação recolhida e analisada pode-se afirmar que todos os Municípios alvo de estudo cumprem com as suas atribuições legais a este nível, nomeadamente (Custódio, 2011; Lacoba, 2006):

- Política de instalações desportivas, espaços de recreio e espaços verdes:
 - Construção, Apetrechamento e Gestão das Instalações Desportivas;
 - Produção de legislação setorial:
- Fomento do desenvolvimento desportivo:
 - Disponibilização de oferta desportiva municipal;
 - Financiamento de projetos desportivos de outras entidades;
 - Conexão da totalidade da oferta desportiva existente;
 - Organização de Eventos e Competições Desportivas;
- Disponibilização e Apoio a programas e ações específicos:
 - Oferta em contexto escolar e dirigida à população mais desfavorecida;
 - Formação dos recursos humanos ao nível do desporto.

Cada um dos Municípios executa a sua Política Desportiva de um modo distinto e diferenciado, algo perfeitamente comum e que se explica pelo facto da Constituição apenas identificar traços gerais pelos quais estas entidades se devem reger no desenvolvimento desportivo da sua região e por todas as estratégias serem válidas, dependendo a sua escolha do caso em questão e do estudo realizado ao sistema desportivo existente (Lacoba, 2006).

RECOMENDAÇÕES PROFISSIONAIS E CIENTÍFICAS

Após a análise dos resultados e conclusões deste estudo, suportados também por outros autores do acervo bibliográfico, sugere-se que o papel desenvolvido pelo Município deve incidir principalmente nas seguintes áreas:

- **PLANEAMENTO:** estratégico e logístico:

- **ESTRATÉGICO:** identificação da procura e das necessidades locais mais pertinentes ao nível do desporto e definição de um plano estratégico para o desenvolvimento desportivo do Município, abarcando todos os âmbitos da procura e tipos de prática desportiva;
- **LOGÍSTICO:** levantamento do universo de equipamentos desportivos existentes e do seu estado de conservação, de modo a permitir a criação de um plano de supressão das necessidades existentes;
- **COORDENAÇÃO:** discernir os intervenientes locais na área do desporto e interligar os mesmos na prossecução da estratégia de desenvolvimento traçada, associando os recursos alocados à atividade (Sarmento, 2010);
- **FISCALIZAÇÃO:** análise dos resultados obtidos com os financiamentos públicos / controlo da aplicação do financiamento público (Teixeira, 2012);

Apresentam-se ainda algumas recomendações que, na nossa opinião, poderão auxiliar os Municípios na prossecução dos seus objetivos ao nível do Desporto, estando estas distribuídas pelas áreas das Políticas Desportivas, do Desporto em Âmbito Escolar e do Desporto Para Pessoas Com Deficiência;

a) POLÍTICAS DESPORTIVAS

É necessário criar políticas que permitam combater as lacunas do sistema desportivo, nomeadamente a reduzida taxa de participação desportiva, o analfabetismo motor dos jovens, a modernização do tecido associativo e a falta de uma estratégia que reforce a competitividade internacional (Silva, 2009).

Para o alcance destes objetivos sugerem-se as seguintes estratégias:

- Aumento do Orçamento de Estado atribuído ao Desporto, área que está muito dependente das receitas próprias e das receitas dos jogos sociais;
- As verbas atuais são maioritariamente afetadas a despesas de funcionamento, havendo escassez de verbas para investir na área da prática desportiva (Mestre, 2018);
- Criação de uma Carta Nacional de Desporto, onde serão reunidos dados relevantes do setor, como os objetivos, pressupostos, linhas orientadoras e ideias chave do projeto de Desenvolvimento Desportivo Nacional.
 - Este instrumento seria vital para a resolução de problemas e para apontar um caminho de obtenção dos objetivos propostos (Silva, 2009);
 - Seria um referencial de política desportiva nacional, permitindo a avaliação dos resultados e do desempenho dos políticos (Silva, 2009);
- Realização da Gestão Global do Fenómeno Desportivo, integrando:
 - Desporto no 1º Ciclo do Ensino Básico;
 - Desporto Escolar;

- Desporto Disponibilizado pelas Associações, Coletividades e Clubes;
- Desporto de Competição e Federado;
 - Permitiria a visão do desporto como atividade contínua no tempo e a integração das estruturas que propiciam oferta na área, garantido um encaminhamento dos praticantes para as práticas e estruturas que melhor servirão os seus interesses, motivações e capacidades;
 - Os Municípios teriam uma intervenção de *Coordenação* (interligação dos agentes locais e gestão dos recursos existentes) e *Fiscalização* (controlo da aplicação do financiamento público), beneficiando da redução do abandono desportivo, do aumento dos rácios desportivos e da consolidação de hábitos de prática desportiva;

b) DESPORTO NO ÂMBITO ESCOLAR

Criação de um projeto global, para todos os Municípios da AML, elaborado entre o Ministério da Educação e os Municípios da AML, identificando problemas para se propor medidas de atuação (exemplo: formação permanente dos Professores do 1º ciclo). Esta sugestão é suportada por um estudo efetuado a este nível nos Municípios da Península de Setúbal (Custódio, 2011).

Em paralelo, a promoção e valorização do Desporto Escolar deve ser fomentada a partir do contexto local. Devem existir “programas centrais”, onde são definidos os princípios orientadores dos projetos de nível local, sendo que cada local deverá potenciar o seu projeto em função das condições existentes (Sociedade Portuguesa de Educação Física, 2017). Cada agrupamento de escolas deverá desenhar o seu projeto, com a colaboração de Professores, Alunos e Comunidade, no sentido de potenciar o projeto que mais se adequa aos recursos existentes, ao meio envolvente e à cultura desportiva local.

c) DESPORTO PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Importa salientar o facto de não existir em Portugal um evento desportivo de carácter regular a este nível. Considera-se que a criação de uma iniciativa deste âmbito seria uma excelente medida com vista ao incremento da prática desportiva e das ofertas desportivas existentes. Seria uma forma de associar os benefícios dos Eventos Desportivos a uma área onde existe uma grande margem de progressão, como é reconhecido por todos os que atuam no Desporto Adaptado. Poderia ser uma oportunidade de diferenciação para os Municípios da AML, associando as suas excelentes condições geográficas à prática desportiva e criando um evento de excelência nesta área.

REFERÊNCIAS

Benedetti, T., Gonçalves, L., & Mota, J. (2007). Uma Proposta de Política Pública de Atividade Física Para Idosos. *Texto Contexto – Enferm.* 16 (3).

Botelho-Gomes, P., Afonso, B., Silva, P., & Queirós, P. (2008). *As raparigas são pouco activas? Dos*

dados da investigação à promoção da prática. In Beatriz Oliveira Pereira e Graça Simões de Carvalho, *Atividade Física, Saúde e Lazer. Modelos de análise e intervenção*. Lisboa: Lidel, 113-123.

Botelho-Gomes, P. (2012). *Igualdade de Género na Educação Física*. Faculdade de Desporto – Universidade do Porto. Porto.

Câmara Municipal de Almada (2016). *Candidatura de Almada a Cidade Europeia do Desporto 2018*. Almada. Câmara Municipal de Almada;

Câmara Municipal de Almada (2016). *Oferta Desportiva do Concelho: Época Desportiva 2016/2017*. Almada. Departamento de Ação Desportiva;

Câmara Municipal de Cascais (2016). *Carta de Desporto do Concelho de Cascais*. Consultado em 22 de Julho de 2016. Disponível em “<https://www.cascais.pt/anexo/carta-de-desporto-no-concelho-de-cascais>”.

Câmara Municipal de Lisboa (2017). *Candidatura de Lisboa a Capital Europeia do Desporto 2021*. Lisboa. Câmara Municipal de Lisboa;

Câmara Municipal de Seixal (2017). *Plano Municipal de Desenvolvimento Desportivo do Concelho do Seixal*. Seixal. Câmara Municipal de Seixal.

Câmara Municipal de Setúbal (2015). *Candidatura de Setúbal a Cidade Europeia do Desporto 2016*. Setúbal. Câmara Municipal de Setúbal;

Câmara Municipal de Setúbal (2017). *Anuário Setúbal Cidade Europeia do Desporto 2016*. Setúbal. Câmara Municipal de Setúbal;

Câmara Municipal de Vila Franca de Xira (2015). *Câmara Municipal de Vila Franca de Xira*. Consultado em 23 de Julho 2016. Disponível em “<http://www.cm-vfxira.pt>”.

Camelo, R. (2013). *A Náutica Desportiva e de Lazer: fator dinamizador do litoral no eixo Cascais-Lisboa*. Conferência: IX Congresso da Geografia Portuguesa. Évora.

Constantino, J. (1999). *Desporto, Política e Autarquias*. Lisboa: Livros Horizonte.

Custódio, C. (2011). *A autarquia e a promoção de atividade física: estudo de caso em sete Municípios da Península de Setúbal* (Dissertação de Mestrado). Universidade Técnica de Lisboa - Faculdade de Motricidade Humana. Lisboa.

Del Duca, G., Rombaldi, A., Knuth, A., Azevedo, M., Nahas, M., & Hallal, P. (2009). Associação Entre Nível Económico e Inatividade Física em Diferentes Domínios. *Revista Brasileira de Atividade Física & Saúde*, 14 (2), 123-131.

Figueira de Sousa, J., Fernandes, A., & Carpinteiro, A. (2009). *O Desenvolvimento das Atividades Náuticas de Recreio como Estratégia de Valorização Territorial: um olhar sobre o Estuário do Tejo* (Conference Paper). Conferência: 15º Congresso da Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Regional (APDR) “Redes e Desenvolvimento Regional”. Cidade da Praia, Cabo Verde.

Gomes, R. (2014). *A Gestão Desportiva do Litoral Português: O valor desportivo das praias da circunscrição da Capitania da Figueira da Foz* (Dissertação de Mestrado). Universidade Técnica de Lisboa - Faculdade de Motricidade Humana. Lisboa.

Gomes, V., Siqueira, K., & Sichiari, R. (2001). Atividade física em uma amostra probabilística da população do Município do Rio de Janeiro. *Caderno Saúde Pública*, 17 (4), 969-976.

Jacob Filho, W. (2006). Atividade física e envelhecimento saudável. XI Congresso de Ciências do Desporto e Educação Física dos Países de Língua Portuguesa. *Revista Brasileira de Educação Física*, 20 (5) 73-77.

Januário, C. (2010). *Políticas Públicas Desportivas: estudo centrado nos Municípios da área metropolitana do Porto* (Tese de Doutoramento). Faculdade de Desporto – Universidade do Porto. Porto.

Lacoba, C. (2006). *Dirección y Gestión del Deporte Local*. Disponível em “http://deporteparatodos.es/imagenes/documentacion/ficheros/2006112913065120061027101451femp1_carlos_delgado.pdf”.

Louzada, J., Velardi, M., & Miranda, M. (2009). Atividade física e indivíduos desfavorecidos. *Revista Saúde Coletiva*, 6 (34), 249-254.

Marivoet, S. (2002), *Aspetos Sociológicos do Desporto*, Livros Horizonte.

Marques, U., Castro, J., & Silva, M. (2001). Atividade Física Adaptada: uma visão crítica. *Revista Portuguesa de Ciências do Desporto*, 1 (1), 73–79.

Martins, H. (2007). *Os Municípios e a Educação: Estudo das Modalidades de Gestão das AEC* (Dissertação de Mestrado). Universidade de Aveiro. Aveiro.

Mestre, A. (2018). *O Desporto Como Uma Obrigação Nacional*. Conferência no âmbito do Meeting de Desporto de Alcochete, Outubro de 2019. Alcochete.

Ministério da Educação (1998). *Organização Curricular e Programas Ensino Básico - 1º Ciclo*. Mem Martins. Departamento da Educação Básica.

Moraes, M., Corte-Real, N., Dias, C., & Fonseca, A. (2012). Um olhar sobre a prática desportiva, bem-estar subjetivo e integração social de imigrantes... em Portugal e no mundo. *Psicologia & Sociedade*, 24 (1), 208-216.

Parente, F. (2011). *Oferta e procura desportiva dos estudantes do ensino superior: estudo realizado com os alunos do 1º ano da Universidade do Minho* (Dissertação de Mestrado). Universidade do Minho: Instituto de Educação. Braga.

Pitta e Cunha(2012). *Blue Growth for Portugal: Uma visão empresarial da economia do mar*. COTEC Portugal-Associação Empresarial para a Inovação. Porto

Sarmiento, J. (2010). *Gestão de Instalações Desportivas: A “interdependência” como factor de gestão*. Consultado em 13 de Janeiro de 2017. Disponível em “<http://gestao-desportiva.blogspot.pt/>”.

Silva, A. (2009). O Estado, os governos e a administração pública desportiva. In Bento, J. & Constantino, J. (Coord), *O Desporto e o Estado - Ideologias e Práticas* (67-84). Porto. Edições Afrontamento.

Sociedade Portuguesa de Educação Física (2017). *Conclusões da Jornada de reflexão - Perspetivas futuras para o Desporto Escolar*: Contributos para o projeto 2017-2021. Lisboa.

Teixeira, M. (2008). *Portugal, Poder Local e Desporto*. Lisboa: Grifos.

Teixeira, M. (2012). *O Desporto e as pessoas: estudo de factores do desenvolvimento regional do desporto em Portugal* (Tese de Doutoramento). Universidade Técnica de Lisboa - Faculdade de Motricidade Humana. Lisboa.

Tenreiro, F. (2010). *Economia do Desporto: A competitividade de Portugal na União Europeia* (Tese de Doutoramento). Faculdade de Desporto da Universidade do Porto. Porto.

Vitorino, A., Monteiro, D., Moutão, J., Morgado, S., Bento, T., & Cid, L. (2015). Atividade física adaptada na população com necessidades especiais. *Desporto e Atividade Física para Todos - Revista Científica da FPDD*, 1 (1), 47-51.

LEGISLAÇÃO DE APOIO

Carta Europeia do Desporto (1992)

Constituição da República Portuguesa (1976)

Estrutura Nuclear dos serviços do Município de Lisboa (2015);

Lei 5/2007, de 16 de Janeiro - Lei da Atividade Física e do Desporto;

Organização dos serviços municipais da Câmara Municipal de Almada (2015);

Organização dos serviços municipais da Câmara Municipal de Cascais (2016);

Regulamento dos serviços municipais da Câmara Municipal de Seixal (2016);

Regulamento da organização dos serviços da Câmara Municipal de Setúbal (2017)

Tratado de Amesterdão - Declaração 29ª (1997)

Tratado de Lisboa (2009)

SOBRE O ORGANIZADOR

LUCIO MARQUES VIEIRA SOUZA - Doutorado em Biotecnologia - RENORBIOSE (UFS) e Doutorado em Educação Física - UFJF (em andamento), Mestrado em Educação Física (UFS). Especializações Lato Sensu Concluídas em: Gestão em Saúde Pública (UFAL), Fisiologia do Exercício Aplicado ao Treinamento e à Saúde (ESTÁCIO), Treinamento Desportivo e Educação Física Escolar (FAVENI). Especializações Lato Sensu em andamento: Saúde Coletiva, Liderança e Desenvolvimento de Equipes, Educação Especial e Inclusiva e Pedagogia do Esporte. Licenciatura Plena (Licenciado e Bacharel) em Educação Física (UNIT) e Licenciatura em Pedagogia (em andamento). Líder do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Atividade Física, Esporte e Saúde (NEPAFISE/UEMG/CNPq). Membro do Grupo de Pesquisa do Núcleo de Pesquisa em Sinalização Intracelular (NUPESIN/UFS/CNPq). Pesquisador do Grupo de Estudos e Pesquisas em Fisiologia e Bioquímica do Exercício (LQPNB/UFS). Atualmente é Professor de Educação Superior no Colegiado de Educação Física da UEMG, e Professor Colaborador e Orientador no Mestrado Acadêmico do Programa de Pós-Graduação em Educação Física (PPGEF/UFS), além de convidado para ministrar disciplinas em IES e Pós-Graduações. Desempenha também a função de Delegado Adjunto da Federação Internacional de Educação Física e Esportes (FIEPS) e Conselheiro do CREF 20 Sergipe. Membro do Conselho Técnico Científico da Atena Editora. Possui diversos artigos publicados em periódicos nacionais e internacionais, além de livros e capítulos. Atua como palestrante em cursos e eventos no Brasil. Experiência na área de Educação Física principalmente com temas relacionados à Atividade Física, Saúde e Esportes, bem como parâmetros antropométricos, bioquímicos e fisiológicos decorrentes de vários modelos de treinamento físico em diversas populações. Bolsista de Produtividade em Pesquisa (PQ)/UEMG.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Academia escola 106, 108

Acadêmicos 3, 21, 42, 100, 101, 104, 109

Adolescência 17, 31, 32, 33, 34, 38, 40

Ambiente 6, 25, 51, 54, 55, 57, 58, 64, 65, 100, 106, 110, 111, 112, 115, 128

Antidopagem 68, 82, 85, 86

Atividade física 8, 9, 10, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 47, 88, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 107, 108, 110, 111, 113, 116, 117, 118, 119, 124, 125, 128, 129, 131, 133, 136, 140, 145, 147, 148, 151, 152, 153, 154, 155

Autarquias locais 118

B

Bacharel em Educação Física 100

C

Capoeira 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67

Corpo 7, 10, 11, 12, 13, 14, 16, 51, 52, 53, 54, 61, 64, 65, 66, 101, 105, 109, 131

COVID-19 1, 2, 6, 8, 9, 28

D

Doenças cardíacas 31, 34

E

Educação básica 16, 18, 21, 27, 28, 29, 153

Educação Física 1, 2, 3, 5, 8, 10, 11, 12, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 29, 30, 39, 40, 42, 48, 49, 51, 54, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 107, 120, 126, 128, 151, 152, 153, 154, 155

Ensino Médio 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 20, 101, 109, 111, 112

Envelhecimento 88, 89, 90, 91, 92, 95, 96, 98, 128, 129, 153

Esporte 15, 16, 17, 29, 42, 43, 44, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 54, 55, 66, 99, 105, 116, 155

Estágio curricular supervisionado 18, 19, 21, 29, 30

Estudantes 1, 2, 3, 5, 8, 10, 12, 13, 14, 15, 16, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 105, 106, 109, 116, 153

Ética 21, 68, 103

Exercícios físicos 94, 96, 106, 107, 108, 110, 112, 114, 115

F

Federações desportivas 68, 69, 72, 73, 75, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 85, 86

Fenomenologia 51

Formação inicial 18, 19, 20, 22, 27, 29, 30

Formação profissional 19, 26, 100

G

Gestão do Desporto 68, 118, 120, 132, 139, 149

J

Jogos tradicionais 51, 66, 146

L

Ludicidade 10, 11, 16

Lutas 11, 70, 71, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105

M

Medicina 8, 68, 117

Municípios 118, 119, 120, 123, 124, 125, 126, 127, 129, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153

O

Obesidade 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 39, 40, 41, 101, 107

P

Perfil dos praticantes 106, 117

Política 30, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 70, 118, 120, 124, 125, 126, 135, 136, 140, 141, 143, 144, 145, 147, 149, 150, 151, 152

Políticas desportivas 118, 119, 121, 124, 125, 135, 140, 149, 150

Práticas corporais 10, 11, 12, 13, 15, 52

Q

Qualidade de vida 1, 2, 8, 9, 38, 42, 88, 89, 93, 105, 106, 108, 110, 115, 116, 124, 128, 140

T

Telomerase 88, 89, 90, 93, 95, 97

Telômeros 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96



EDUCAÇÃO FÍSICA E QUALIDADE DE VIDA:

Reflexões e perspectivas

- 🌐 www.atenaeditora.com.br
- ✉ contato@atenaeditora.com.br
- 📷 @atenaeditora
- 📘 www.facebook.com/atenaeditora.com.br



EDUCAÇÃO FÍSICA E QUALIDADE DE VIDA:

Reflexões e perspectivas